

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 2/2013 da reunião de câmara de 2013/01/23			Aprovação
2	Proposta da Junta Metropolitana de Lisboa sobre a proposta de Lei nº 122/XII, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais			Aprovação
3	Proposta nº 2/2013 da CDU - Aquisição/utilização das instalações da antiga escola naval da Marinha		Vila Franca de Xira	Aprovação
4	Proposta nº 5/2013 da CDU - Recuperação do Teatro Salvador Marques		Alhandra	Aprovação
5	2ª alteração ao orçamento corrigido a 31 de dezembro de 2012, para o ano económico de 2013, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA			
6	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
7	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público do município - Estrada do Moinho Velho - Pardieiro	Rui Manuel Alves Marques	Calhandriz	Aceitação
8	1ª alteração ao Plano Diretor Municipal - Inquérito público - Relatório de ponderação e ponderação técnica			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS			
9	Requalificação da rua Alves Redol - Fase 3 - Troço entre a rua Almeida Garrett e a av. Pedro Victor - Abertura de concurso público		Vila Franca de Xira	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
10	Requalificação do Mercado de Levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente - Abertura de concurso público		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
11	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Abertura de concurso público urgente		Forte da Casa	Ratificação
12	Construção do centro urbano de animação - Bairro Nascente do Cabo - Receção definitiva e liberação de caução	Paulo & Filhos, Lda	Vialonga	Aprovação
13	PER do Bom Retiro - Receção definitiva e liberação de caução	Consórcio Paulo & Filhos, Lda/Costa & Carvalho, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
14	Execução de capelas mortuárias - Receção definitiva e conta final	Paulo & Filhos, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
15	Requalificação urbana da frente ribeirinha da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira - Núcleo Museológico - A Póvoa e o Rio - Aprovação parcial do plano de segurança e saúde e nomeação do coordenador de segurança em obra	AECI - Arquit, Const. e Empreendimentos Imobiliários, SA	Póvoa de St.ª Iria	Ratificação
16	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL Da competência da Presidente da C.M. Legislação síntese			Conhecimento
17	Relação dos despachos da Sr.ª Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
18	. Outros assuntos Exercício do direito de preferência sobre a fração "A", correspondente à c/v dtª, sita na rua Augusto Toscano Batalha, nº 1, Bairro da Chepsi	Armando Manuel Figueiredo Cordeiro	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
19	Ocupação do lugar 053-B do mercado abastecedor do concelho de Vila Franca de Xira - Declaração em falhas da quantia em dívida DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA . Assuntos apresentados para conhecimento Da competência da Presidente da C.M. 20 Balancetes 21 Pagamentos autorizados . Outros assuntos 22 Procedimentos de atribuição de fundos fixos de caixa para trocos 23 Contratação de seguros para o município - Minuta do contrato DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE 24 Protocolo de cooperação - Hortas biológicas urbanas da Quinta Municipal da Piedade 25 Acordo de cooperação - Corrida das Lezírias 2013 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE 26 Casa da Juventude da Póvoa de Santa Iria - Transferência de verba relativa aos meses de janeiro a dezembro de 2012	Maria de Fátima Vieira Alves Luís	Póvoa de St. ^a Iria	Aprovação Conhecimento Conhecimento Aprovação Aprovação Aprovação Aprovação Aprovação

ORDEM DO DIA

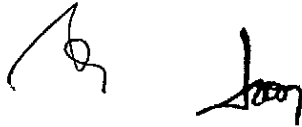
Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
27	Protocolo de gestão - Programa de Ocupação de Jovens de Longa Duração	Ass. Juvenil "Caminhar com Rumo..."		Aprovação
28	DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS			Conhecimento
29	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pela Sra Vereadora Conceição Santos, no uso da delegação e subdelegação de competências da Sra Presidente			Aprovação
30	Constituição do júri do prémio Carlos Paredes - Edição 2013			Aprovação
31	Preço de venda ao público da publicação referente ao Cartoon Xira 2012			Aprovação
32	Constituição do júri do prémio de teatro amador 2013 do concelho de Vila Franca de Xira		Vila Franca de Xira	Conhecimento
33	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			Aprovação
34	Listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo			Aprovação
35	Parecer prévio vinculativo - Estudo de tráfego na cidade de Vila Franca de Xira			Aprovação
36	Parecer prévio vinculativo - Prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa			Aprovação
37	Parecer prévio vinculativo - Prestação de serviços de acompanhamento técnico dos trabalhos de movimentos de terras na encosta do Monte Gordo			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/20

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
36	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença - CAOC, Lda			Aprovação
37	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença - Gabinete de Apoio aos Vereadores da CDU	Maria Fernanda Gomes		Aprovação
38	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença	Joaquim Queiroz		Aprovação
39	Parecer prévio vinculativo - Encarte do Cartoon Xira 2012 no jornal Expresso			Aprovação
40	Parecer prévio vinculativo - Contratação de sistema de vigilância humana para as oficinas municipais de Povos e do pálio da câmara municipal		Vila Franca de Xira	Aprovação
41	Parecer prévio vinculativo e compromisso plurianual - Contratação de serviços de vigilância do Palácio e da Quinta Municipal da Piedade		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
42	Parecer prévio vinculativo e compromisso plurianual - Aluguer de unidades sanitárias para as instalações municipais			Aprovação
43	Processo disciplinar			Decisão
44	Abertura de processo disciplinar			Aprovação
45	Construção do Acesso Rodoviário ao novo Hospital de Vila Franca de Xira			Aprovação
46	Conexão à rede de saneamento e câmara de 5 de Janeiro 2013			Conhecimento
47	Exercício de direito de quefencia - para António Sérgio, nº 133, março "d" - Alameda do Ribatejo			Aprovação



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/02/20

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, pelas 14,00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Srª Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Alberto Simões Maia Mesquita; -----
. Bernardino José Gonçalves Lima; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva; -----
. Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos; -----
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
. Raul Alberto Vaz Sanches. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Francisco do Vale Antunes, João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituído pelo Sr. Vítor Manuel Jorge da Silva, e Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pelo Sr. Raul Alberto Vaz Sanches.----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral, assessorado por Susana Henrique de Jesus Pombo, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----




Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE-----

. Chefe de Gabinete-----

Mário Nuno Duarte-----

GABINETE DE IMPRENSA-----

. Coordenadora-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Filomena Serrazina-----

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e Imobilizado-----

Drª Raquel Oliveira-----

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

Chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território-----

Urb. Ricardo Ramalho-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

. Técnica Superior-----

Urbª Rita Campos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS-----

. Adjunto do Vereador-----

Dr. José António de Oliveira-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, SAÚDE E ACCÃO SOCIAL-----

. Diretora-----

Drª Carolina Carvalho-----



FL-Ata 003

Reunião de 2013/02/20

Proc^o

Deliberação nº

DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS -----

. Diretor -----

Dr. David Santos -----

. Chefe da Divisão de Actividades Económicas-----

Dr^a Isabel Araújo -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE -----

. Adjunto do Vereador -----

Jorge Zacarias-----

GABINETE DE MODERNIZAÇÃO, QUALIDADE E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO -----

. Chefe da Divisão de Modernização Tecnológica, Informação e Comunicação-----

Engº Clemente Rocha -----

Fl. Livro _____

Fl. ~~Ata~~ 004

Reunião de 2013/02/20

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 005

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

EXPOSIÇÃO DE NADIR AFONSO NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO -----

A Srª Presidente deu início à reunião cumprimentando os presentes, e dizendo que dará a palavra ao Dr. David Santos, por causa de um novo aproveitamento que se resolveu dar ao Salão Nobre. Tendo em consideração desde logo o número de pessoas que por nele passa, e as realizações que nele têm lugar, como o caso das reuniões de câmara, entendeu-se que seria bom aproveitá-lo também como um espaço de cultura.-----

Nesse sentido, está hoje no salão uma exposição de Nadir Afonso, com um tema decidido pelo próprio, a quem já teve oportunidade de agradecer, e pede ao Dr. David Santos para fazer uma introdução e apresentação, não só do autor, como das obras que estão expostas. -----

Tomou a palavra o Dr. David Santos, referindo que lhe resta acrescentar que esta exposição surge na sequência da exposição das duas tapeçarias que foram adquiridas pelo município no final do ano passado, e que estão expostas neste momento no átrio do Museu do Neo-Realismo. A “procissão em Veneza”, tapeçaria que está em exposição nesse átrio, do lado da parede onde se encontra também, por baixo, a exposição documental do escritor Fernando Namora, e, como quem entra para a cafetaria, a de Rogério Ribeiro, que também pode ser vista até 23 de junho, precisamente nesse espaço. -----

Na sequência da apresentação da “procissão em Veneza”, de Nadir Afonso, surgiu a oportunidade de intervir no Salão Nobre, e a “procissão em Veneza” em serigrafia, que está na parede que fica por trás da mesa da reunião de câmara, foi oferecida por Nadir Afonso ao município no ano passado, aquando da exposição organizada pela galeria Paulo Nunes, sendo que a propósito dessas tapeçaria e serigrafia, que já cá estavam, solicitou-se a Nadir Afonso e a Laura Afonso um conjunto de serigrafias para expor durante algum tempo no Salão Nobre. -----

É uma forma de dinamizar visual e culturalmente este espaço, e ao mesmo tempo servirá para se irem conhecendo alguns dos artistas modernistas portugueses, como é o caso de Nadir Afonso, um grande artista da terceira geração modernista portuguesa, que, ligado à sua função inicial, a arquitetura, desenvolveu depois um trabalho de grande impressão estética sobre as relações entre a arquitetura, o



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº _____

Interveio a Sr^a Presidente, chamando a atenção para o facto da serigrafia que está nas suas costas ter sido o trabalho que deu origem depois, por parte das tapeçarias de Portalegre, à realização da tapeçaria de que hoje, um dos exemplares faz parte do acervo de Vila Franca de Xira, a “procissão em Veneza”. ---



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
INCLUSÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA -----

A Srª Presidente interveio, solicitando a intervenção do Sr. Vice-Presidente, para dar uma informação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, reportando-se a uma questão relacionada com o acesso ao hospital, dizendo que todos sabem as dificuldades que se estão a ter naquela obra. Uma delas é a do pavimento que estava concursalmente previsto ter dificuldades de aplicação, pois com a temperatura e humidade que neste momento existem não é recomendável utilizá-lo. -----

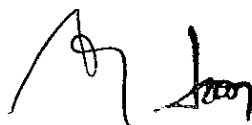
Assim, consultada a Estradas de Portugal, e tendo em consideração as questões da aplicação do pavimento inicial, que tinham a ver com a absorção do ruído, concluiu-se, pelos estudos que a própria Estradas de Portugal enviou, e que o adjudicatário também colocou, que o pavimento com granulado de borracha só tem sentido aplicar em vias rápidas ou autoestradas, cuja velocidade é acima dos 100 km por hora. -----

As velocidades que vão ser praticadas no acesso ao hospital são entre os 30 e os 50 km por hora, no máximo, e com velocidades destas não tem sentido estar a aplicar um pavimento que é muito mais caro, e tem as dificuldades a que acabou de se referir, em termos de aplicação, para além de que, em futuras fases de manutenção de que o piso possa vir a ter necessidade, essa aplicação é mais complicada. No concelho não há nenhuma experiência neste sentido, e inclusivamente são poucas as empresas que têm experiência na aplicação deste pavimento.-----

Não houve condições para trazer este processo mais cedo, só foi possível concluir os documentos hoje de manhã, mas, tendo em vista a necessidade urgente da obra continuar, solicita a tolerância de todos para se poder introduzir este ponto na ordem do dia, como ponto 45, e permitir a sua análise, distribuindo de seguida a documentação.-----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, indicando que a documentação do ponto 3 não foi distribuída.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que isso não é verdade, o ponto 3 era uma proposta da CDU, que foi apresentada numa reunião de câmara anterior, e foi



analisada na última reunião de câmara, tendo sido retirada para uma concertação. Como não foi possível concertar, mantém-se o documento inicial, e por isso está distribuído. -----

Prosseguiu o Dr. Fernando Barreiros, mencionando que o ponto 17 é retirado da ordem do dia, uma vez que não há relação de despachos. -----

Disse ainda que foi distribuída aos Srs. Vereadores uma correção à ata da reunião de câmara de 9 de janeiro, com pequenas alterações, concretamente no primeiro parágrafo, folha 1, aod.16, que são devidas e foram apresentadas pela Coligação Novo Rumo. A situação está corrigida, e propõe-se a introdução do ponto, que ficará como ponto 46, para conhecimento. -----

Há ainda um ponto que se propõe introduzir na ordem do dia, que ficará como ponto 47, que vem em mão, e também foi distribuído. Trata-se de um pedido de uma senhora que precisa de fazer uma escritura no período exatamente a seguir a esta reunião, e tem a ver com o não exercício de um direito de preferência, que reúne os mesmos requisitos de um outro anterior, que foi também presente a reunião, sobre a transferência de um direito de superfície para o BES, onde a câmara municipal vai reservar o direito de se pronunciar sempre que existam transmissões futuras. Não há renúncia do direito de superfície da câmara municipal, a não ser para esta transmissão em concreto. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, sugerindo, havendo acordo em relação a este último ponto, que possa ser visto já, e possam os serviços tratar do assunto, na medida em que a senhora não deve ficar à espera que a reunião de câmara termine, senão já não faz a escritura hoje. -----

Esclareceu o Dr. Fernando Barreiros que a escritura não é hoje, não necessitando de ser já discutido. -----

Por fim, dada a natureza das matérias, disse que os pontos 43 e 44, relativos a procedimentos disciplinares, serão discutidos em privado, no final da reunião. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a inclusão dos pontos na ordem do dia. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

VISITA À ETAR DE ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se a um requerimento que os membros da CDU vão apresentar sobre as consequências da visita que foi feita à ETAR de Alverca, que leu de seguida. -----

“Exma Srª Presidente, no âmbito da visita alargada à ETAR de Alverca do Ribatejo promovida pela Comissão Municipal de Ambiente, em articulação com a administração da Simtejo, a qual agradecemos, foram despoletadas algumas questões e informações que despertaram a nossa preocupação. -----

Primeiro, analisando os índices de produtividade da ETAR de Alverca, verifica-se que os níveis de tratamento de água aumentam nas épocas das chuvas, uma vez que as águas pluviais, as águas limpas, são escoadas diretamente para a respetiva ETAR, uma vez que não há separativos para as águas pluviais, ou, a haver, não têm qualquer representatividade no volume de águas gerado pela chuva.-----

Segundo, o tratamento das águas pluviais contribui para o aumento nos custos operacionais em cerca de 25 a 30%, custo que é refletido no preço a pagar pelo município e, consequentemente, pelos consumidores da água do nosso concelho.---

Terceiro, a ETAR de Alverca foi projetada e está preparada para a reutilização das águas tratadas, por exemplo, pelos autotanques dos bombeiros, lavagem de ruas, lavagem de contentores, entre outros. No entanto, o município de Vila Franca de Xira tem este projeto parado. -----

Tendo em conta estas informações, e o aparente custo da oportunidade ambiental que a autarquia está a desconsiderar, solicitamos que a câmara de Vila Franca esclareça por que é que as águas pluviais estão a ser encaminhadas para ETAR, não correspondendo à informação que tem sido prestada sobre a existência de redes separativas, aumentando-se assim os custos operacionais e diminuindo a capacidade de resposta da respetiva ETAR, em tempo de chuva. -----

Por outro lado, não entendemos por que é que a ETAR foi projetada desde início para reutilização das águas tratadas, e esta autarquia ainda hoje tem este projeto parado, sendo as águas tratadas escoadas diretamente para o rio Tejo. -----

Atualmente o custo de tratamento não é aproveitado para a devida reutilização das águas para os fins atrás enunciados, e outros de fácil implementação”. -----



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº _____

Respondeu a Srª Presidente que se vai responder ao requerimento, analisando as situações, até com a responsável técnica que fez o acompanhamento da visita, uma vez que são essencialmente questões de ordem técnica. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. ~~Ata~~ 011

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CASAS NA RUA PRINCIPAL EM RISCO DE DERROCADA - VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que quando se realizou a reunião de câmara em Vialonga, no passado dia 9 de janeiro, os membros da CDU alertaram para o facto de existirem algumas casas na rua principal, a rua Professor Egas Moniz, que estariam em risco de derrocada, tal como acontecia anteriormente com as casas em frente às instalações da junta de freguesia. -----


Na altura disseram que seria necessário, junto dos proprietários das casas, chamar a atenção para o facto, bem como pedir que rapidamente se demolissem as respetivas habitações, e há cerca de 15 dias atrás uma das proprietárias das casas decidiu-se a instalar uns andaimes e iniciar a demolição da respetiva casa. -----

Por aquilo que sabem deslocou-se à junta de freguesia para pedir licença para fazer a demolição, a junta informou a câmara municipal, e o que lhe foi dito é que teria de haver uma autorização especial para a demolição, e levaria algum tempo. - Como a autorização não chegou, a senhora, entretanto, decidiu que o aluguer dos andaimes lhe sairia caro e tirou-os de lá, desistindo de demolir a casa. -----

Aquilo que pedem e desejariam é que estas situações, que são tão raras, em que os proprietários se disponibilizam para arcar com as despesas de uma demolição que é necessária face ao perigo iminente de derrocada nestas casas, sejam rapidamente solucionadas, para que não seja a câmara municipal, daqui a uns tempos, a arcar com as despesas da demolição. -----

A casa a que se está a referir é a que faz esquina com o beco dos Ferreiros, uma casa que ainda por cima tem gradeamentos que podem cair a qualquer momento, pelo que gostariam de perceber o que falta para que a proprietária possa demolir a casa, que neste momento coloca em risco a segurança das populações que por ali passam. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que o Arqtº Nuno Santos está a par do assunto e informará. De qualquer maneira, às vezes as coisas também não se passam exatamente da forma como nos contam, porque, por exemplo, e a atuação da câmara municipal não é mesmo essa, no seguimento da reunião teve oportunidade de fazer uma visita às questões que tinham sido levantadas com o Sr. Presidente da junta, tomaram-se algumas decisões, e em relação à



perigosidade dessas casas ruírem, viu-se que se fariam diligências por parte da câmara municipal junto dos proprietários, e que tecnicamente se ia avaliar do risco efetivo. -----

Quanto a uma das casas que parecia visualmente que estava mais perigosa, sempre esteve um bocadinho desalinhada, e quando se olha para a sua implantação em relação ao passeio percebe-se que esteve sempre um pouco fora do alinhamento, mas depois o arquiteto esclarecerá. -----

Interveio o Arqtº Nuno Santos, referindo que o Sr. Presidente da junta fez um contacto com os serviços de urbanismo relativamente a essas construções. Teve oportunidade de pedir que lhe fizesse dirigir um e-mail, para saber exatamente do que é que se estava a falar, que logo o fez, com o cuidado de juntar algumas fotografias. -----

Desta forma, solicitou aos serviços que fossem ao local, pois conforme a Srª Presidente teve o cuidado de dizer, de forma bastante próxima do que é o cuidado que os serviços têm de ter na análise destas questões, por se estar perante casas que confrontam com a via pública, em particular porque o espaço de circulação pedonal é muito reduzido, toda a folga que ali existe é muito complicada, não pode ser feita uma intervenção de demolição sem algum cuidado. -----

Uma operação de demolição está tipificada no regime jurídico de urbanização e de edificação como uma operação urbanística, obedece a alguns cuidados, e até tem de ter um técnico a acompanhar os trabalhos, que se responsabilize e confirme quais são os tipos de trabalhos que têm de ser feitos. -----

Compreendendo a câmara municipal que existirá, em determinadas circunstâncias, urgência numa tomada de posição, ela também tem de ser feita com algum cuidado dadas estas questões, e foi isso que pediu aos serviços. -----

Pensa que em breve, ou se não a tiver já, terá a informação, para que possa devidamente ajudar na assunção do compromisso que é necessário para se aferir, desde já, se é necessário fazer aquela obra, e quais os cuidados que devem ser tidos no acompanhamento dos trabalhos, precisamente por causa destas características e condições de atravessamento pedonal e viário. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 013

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
COMPARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NA CONSTRUÇÃO DE 50 FOGOS –
TARRAFAL – CABO VERDE -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU souberam pela comunicação social que a câmara municipal, ao abrigo do protocolo que tem com Cabo Verde, nomeadamente com o concelho do Tarrafal, iria apoiar na construção de 50 fogos.-----

Souberam isto pela comunicação social, e não tendo nada contra esta situação, gostariam de solicitar à câmara municipal que fizesse chegar, junto dos vereadores da CDU, uma listagem ou um caderno de compromissos, para que possam saber, não pela comunicação social, mas pela Srª Presidente, quais são os protocolos, quais as ajudas que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira apresenta junto destes concelhos com os quais tem este tipo de geminação ou cooperação, pois entendem que seria muito mais frutífero saberem pela mão da Srª Presidente, e não pela comunicação social.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que foi surpreendida pela forma como a notícia apareceu num jornal local, porque não tinha sido assim que o assunto foi tratado. As questões tratadas têm a ver com a possibilidade de proporcionar estágios a alunos e professores no município de Vila Franca de Xira, de auxiliar na biblioteca, e era um trabalho que já vinha a ser feito, até do tempo do Sr. Vereador João de Carvalho. Já se tinha começado a tratar deste assunto, de ajudar a preparar um programa funcional para uma biblioteca.-----

Outra questão era dar continuidade, ao nível do saneamento, que é também uma coisa que já vem a ser feita, e depois há duas questões absolutamente novas, mas que agora vão ter efeito. -----

Uma delas é criar um corpo de bombeiros, e virá alguém de lá fazer formação no que respeita a formar um corpo de bombeiros, estando articulado com o comandante municipal da proteção civil, com os corpos de bombeiros do concelho, que estarão durante uma semana em Vila Franca de Xira. -----

Depois, pretende-se criar uma banda, e por isso virá também alguém que se formará, nestes termos. -----

Relativamente às casas, é um problema diferente, e o que foi visto, considerando



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº _____

que o Governo lançou agora um programa para a reabilitação de casas em que, no caso de Cabo Verde, o problema da habitação se apresenta com uma dimensão muito elevada, foi se o apoio que o município de Vila Franca de Xira habitualmente dá poderia ser canalizado para aquele fim, por exemplo, qualquer coisa como 25000.00€/ano.-----

Está-se ainda a preparar uma proposta mais densa, e no início do mês de março virá o vereador responsável por estas áreas da cultura e também da habitação, que se irá aprofundar, para ser proposta à câmara municipal nesse sentido.-----

A intenção é realmente ajudar, mas neste quadro, podendo canalizar-se o apoio que se vinha a dar noutras áreas para aquele sentido, já que aquilo que tem sido a relação com o Tarrafal tem sido ao nível da cultura e da cooperação. -----

Não há uma geminação efetiva com eles, e os SMAS têm também vindo a ajudar ao nível da higiene pública e saneamento, sendo a questão exatamente esta. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 015

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

LICENCIAMENTO DE QUIOSQUE – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU colocou uma questão há algum tempo, e ainda não obteve resposta, tendo a ver com o licenciamento de quiosques cuja atividade está muito para além de uma normal e diária atividade de quiosque.-----

Fala designadamente do quiosque junto à estação de Alverca, da empresa Bem Haja, que funciona para comercialização de bolos, bebidas e pão, sendo que tiveram a informação, da última vez que o assunto foi despoletado pela CDU, na assembleia municipal, precisamente pelo presidente da junta, que havia toda a garantia de que o processo estava licenciado.-----

Volvidos 15 dias colocaram a mesma questão na câmara municipal, informando a mesma que não dispunha de informação suficiente para atestar a veracidade da informação da junta de freguesia, e como já decorreram mais de seguramente 30 dias, a pergunta que se coloca é se a câmara municipal já está em condições de poder dar essa informação, no sentido de garantir se há licenciamento efetivo para este tipo de quiosques, e para este em particular. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que pediu à Drª Isabel Araújo que viesse à reunião, porque domina perfeitamente a matéria, sendo que já teve oportunidade de falar novamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo. -----

Depois da conversa havida em reunião de câmara, averiguou junto dos serviços, e aquilo que foi visto foi que tinha havido um licenciamento da parte da junta de freguesia, mas a Drª Isabel Araújo poderá explicar mais detalhadamente. -----

Tomou a palavra a Drª Isabel Araújo, referindo que houve, de facto, uma atribuição do quiosque por parte da junta de freguesia, e o procedimento que foi desenvolvido junto da câmara municipal foi o licenciamento da atividade propriamente dita. É uma atividade de restauração e bebidas, está devidamente regulada, e carece de um licenciamento, sendo esse processo de licenciamento que está a decorrer na câmara municipal. Ainda não está terminado nem concluído, e foi solicitado à empresa uma correção do projeto que foi apresentado, que ainda terá de ser submetida novamente à unidade de saúde pública. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 016

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

O processo não está terminado, mas trata-se apenas de um processo de licenciamento da atividade, ou seja, de garantir que estão reunidas as condições higio-sanitárias para o exercício da atividade. A atribuição do espaço em si foi feita pela junta de freguesia.-----

Tomou de novo a palavra a Srª Presidente, para dizer que também já foi colocado pela REFER o problema da autorização destes quiosques, na medida em que aquele espaço é da REFER, e colide gravemente com os quiosques dentro da estação.-----

Já houve oportunidade de informar o Sr. Presidente da junta, e estava aliás, numa última reunião, previsto abordar a questão destes licenciamentos, o que se fará numa próxima reunião com as freguesias.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que se sabe que este não é o único quiosque que está nestas condições, e no momento em que se fala relativamente à importância da segurança alimentar, a câmara municipal sabe, tem conhecimento, e permite que um estabelecimento comercial, porque é disso que se trata, esteja a funcionar à margem de todo e qualquer procedimento que vise também a segurança alimentar daqueles que utilizam aquele quiosque.-----

Para as juntas de freguesia as competências dos quiosques são para venda de pequenos produtos, ou produtos de quiosque, que se devem entender como jornais, revistas e coisas parecidas ou similares. -----

O que se passa neste caso é um licenciamento que não existe, mas já existe uma atividade comercial diária, pelo que a Srª Presidente fará o que bem entender sobre essa matéria, e remeter para uma reunião com as juntas de freguesia, mas não sabe se deverá ser assim, ou se deverá tomar outro tipo de procedimento, devendo contudo notar a Srª Presidente que esta é uma preocupação que visa também defender, não só os interesses daqueles que possam ser utilizadores deste espaço comercial, como as questões de direito que atingem as competências da própria câmara municipal. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que há competências que cabem à câmara municipal, competências que não cabem, e por isso é que existe aquela entidade, que é a ASAE, que intervém na área dessas condições, quando efetivamente se alteram para além das que foram licenciadas. -----



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Neste caso, votar-se-á já a abordar o assunto, solicitando de novo a intervenção da Dr^a Isabel Araújo, tendo em consideração que não há licenciamento, e que se confirma que o quiosque está a funcionar, no sentido de se saber o que se vai fazer de seguida. -----

Esclareceu a Dr^a Isabel Araújo que sobre esta matéria o Decreto-Lei nº 234/07 dispõe que, numa situação de falta de licenciamento, a entidade competente é a ASAE, e o que terá de ser feito é uma comunicação diretamente à ASAE, que depois atuará em conformidade. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 018

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
DEPÓSITO DE MATERIAL EM TERRENO NA PROXIMIDADE DA INTERVENÇÃO DE
REGULARIZAÇÃO DO RIO CRÓS-CÓS – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que certamente também chegou ao gabinete da Srª Presidente, e ao gabinete dos Srs. Vereadores, uma carta, dirigida por uma das munícipes que tem um terreno na proximidade ou confluência direta com a intervenção de regularização do rio Crós-Cós, tendo os membros da CDU ficado surpreendidos pelo teor do desagrado desta senhora que, não obstante não residir no concelho de Vila Franca de Xira, tem uma propriedade que é mantida e conservada na confluência com este rio, em Alverca do Ribatejo. -----

Grosso modo, a questão que a senhora lhes colocou é que a câmara municipal a oficiou no sentido de tomar posse de uma parte desse terreno para realização dessas obras, ou melhor, nem era a questão da posse, era a autorização para a intervenção propriamente dita, e eis senão quando, numa deslocação que fez à sua propriedade, no passado dia 3 de fevereiro, verificou que ela estava a servir de estaleiro, estava invadida, e inclusivamente a câmara municipal, ao mesmo tempo, tinha-lhe feito um ofício, no sentido de lhe exigir a reposição do terreno nas condições originais em que ele se encontrava. -----

A senhora refuta todo e qualquer tipo de responsabilidade sobre essa matéria, e os membros da CDU gostariam de saber se a câmara municipal tem conhecimento desta situação. Se tem, qual foi a resposta que prestou a esta mesma situação? Qual é, de facto, o grau de responsabilidade da câmara municipal, e da obra que está em curso, em relação aos factos que estão relatados? -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que recebeu o e-mail, e enviou-o para os serviços, no sentido de verificar se alguma situação anómala aconteceu. -----

Tem acompanhado a obra, como é evidente, passa ali com alguma regularidade, passando normalmente quando os trabalhos não estão a decorrer, mais ao fim de semana, e consegue identificar o espaço em causa. -----

A autarquia estava absolutamente convicta, e continua a estar, sem pôr em causa o que a senhora refere, de que se fez a obra, pelo menos a parte final, que todas as autorizações que eram necessárias existiam, mas se há alguma questão que esteja fora deste âmbito, e não se tenha tido em linha de conta, naturalmente vai-



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 019

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

se ter de corrigir. -----

De qualquer modo este processo está a ser analisado nos serviços, e pensa que na próxima reunião de câmara já terá uma informação mais detalhada ou, eventualmente, se tiver mais cedo, enviá-la-á para o gabinete dos Srs. Vereadores da CDU. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dando uma sugestão, no sentido da câmara municipal, quando fizer a avaliação desta informação que foi disponibilizada aos membros da CDU por esta munícipe que se sente lesada nos seus direitos, a propósito da obra de intervenção do rio Crós-Crós, faça também um ponto de situação do decurso das obras, bem como daquela incapacidade, pelo menos até à data, de fazer com que a REFER ou a infraestrutura rodoviária requalifique a passagem hidráulica sob a linha férrea, sendo que gostariam de saber se essa situação já está esclarecida ou assegurada. -----

Chama ainda a atenção de uma situação que lhes tem sido reportada com bastante insistência por parte dos moradores de Alverca, de que aquele troço que atravessa a Quinta do Cochão, que foi objeto de intervenção desta obra, já se encontra bastante assoreado, e poderá necessitar de alguma intervenção de manutenção. -----

Desta forma, gostariam que a Srª Presidente tomasse em boa conta estas questões, para também, no seu tempo, e na próxima reunião, se assim entender, se poder fazer esta avaliação. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que se poderá fazer já a avaliação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que se irá fazer o ponto da situação das obras do rio Crós-Crós, na sequência também da informação relativa à queixa apresentada pela munícipe, e quanto ao assoreamento do rio, é uma situação que decorre do normal funcionamento do rio, e por isso não tem a ver com a obra, tem a ver, isso sim, com a necessidade regular da limpeza das linhas de água, das ribeiras e dos rios, situação que vai ter de acontecer. -----

Quanto à outra situação, esta sim mais complicada, que é a passagem hidráulica da REFER, já se enviaram pelo menos 3 ofícios à REFER, responsabilizando-a por eventuais prejuízos de bens materiais ou qualquer outro prejuízo que possa acontecer, pelo facto da não ter feito, como se comprometeu, o rebaixamento da



Deliberação nº _____

3/3



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 021

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PROPOSTA – URBANIZAÇÃO DA MALVA ROSA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU vão apresentar uma proposta, de uma forma muito genérica, porque gostariam que fosse agendada para a próxima reunião de câmara, e tem a ver com a urbanização da Malva Rosa. -----

A urbanização Malva Rosa foi aprovada em 2002, previa um conjunto de espaços e de equipamentos, que prometia fundamentalmente um elevado nível de conforto, e uma razoável ou muito boa qualidade de vida a esses moradores. -----

Fruto dessa promessa a comercialização das frações iniciou-se praticamente logo após a sua aprovação, muito concretamente em 2005, e reconhecem que os preços à época praticados foram bastante altos, quando comparados com a média do concelho, e muito rapidamente até se verificou que as primeiras famílias se instalaram nesta urbanização, mas sem as devidas infraestruturas, as infraestruturas e equipamentos que estavam previstos em alvará. -----

Passaram 8 anos, as zonas verdes não foram corretamente construídas, e nota-se ainda muito pouco cuidado com a sua manutenção, notando-se também a necessidade de mais limpeza e conservação desses espaços, bem como do espaço público em geral. -----

Sucede que muitos dos equipamentos de recreio e lazer ainda não se encontram executados, e tudo isto de acordo com os projetos e o estabelecido em alvará.-----

Desta forma, a proposta é, na opinião da CDU, muito razoável, ou seja, tendo em conta já o inaceitável prazo decorrido após o início da comercialização daquela urbanização, e sem que os compromissos urbanísticos estejam cumpridos, para bem das populações que residem nesta urbanização, a câmara municipal deverá, e é isso que propõem, proceder a uma avaliação da possibilidade do cumprimento integral imediato dos compromissos em falta pelo promotor e, na falta destes, avançar para a ativação à primeira demanda das garantias bancárias, tal como está previsto no RMUETOU, visando concluir os arranjos urbanísticos em falta, a bem da população residente naquela urbanização. -----

Assim, propõem a proposta para agendamento, para a próxima reunião de câmara.



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Há de ser possível melhorar, na medida em que há documentos, pelo menos os mais simples, que ficam disponíveis mais cedo. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 023

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
DISPONIBILIZAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE CÂMARA NO SITE DA CÂMARA
MUNICIPAL -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se a uma situação de índole formal, do funcionamento das reuniões de câmara, concretamente que tem verificado, nalgumas câmaras municipais, por exemplo na de Ponte de Sor, que as atas estão disponíveis no site da internet. -----

Respondeu a Srª Presidente que em Vila Franca de Xira também.-----

Prosseguiu a Srª Vereadora, dizendo que não encontrou.-----

Interveio novamente a Srª Presidente, mencionando que devem estar, uma vez que era um assunto que estava adquirido anteriormente, porque não há nenhuma razão, já que a ata é absolutamente pública. -----

Esclareceu a Drª Filomena Serrazina que esse projeto foi abordado com a Divisão de Modernização, Tecnologias de Informação e Comunicação já há algum tempo atrás, pensa que esteja em análise e desenvolvimento, mas, de facto, ainda não foi possível, até onde sabe, sendo que o Engº Clemente Rocha saberá dar conta desta informação de forma mais consistente. -----

As atas ainda não estão disponíveis on-line, estão as deliberações, bem como as agendas, e a ordem do dia das respetivas reuniões. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que pensava que este assunto estava ultrapassado, de qualquer maneira agradece ao Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira que trate com o Engº Clemente Rocha, porque não há razão nenhuma para não estarem. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã _____ 024

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CAFETARIA DA QUINTA DA PIEDADE – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que chegou aos membros da Coligação Novo Rumo um e-mail sobre a cafetaria da Quinta da Piedade.-----

Não passou por lá, não teve oportunidade, mas segundo se recorda aprovou-se, em dezembro, a adjudicação ou o direito a arrendamento a uma empresa, Rui Cabral Unipessoal, Lda., mas diz a senhora, no e-mail, que a cafetaria continua encerrada, e que as instalações sanitárias também continuam encerradas. -----

Assim, gostariam de saber o que é que se passa concretamente. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que efetivamente foi trazida a reunião de câmara, e aprovada, a concessão da cafetaria, mas como se trata de um imóvel classificado obriga a um parecer junto do IGESPAR, nas alterações que são necessárias fazer lá dentro, porque entretanto, desde a altura em que abriu até agora, a legislação também foi mudando, e as exigências, nomeadamente da ASAE, e desse tipo de entidades, também aumentaram. -----

Assim sendo, foi preciso que o concessionário apresentasse um projeto mais detalhado, sobre o qual as arquitetas dos serviços e a Divisão de Património e Museus pudessem também fazer uma reflexão, e juntar para remeter ao IGESPAR. Conta-se que nas próximas semanas o parecer esteja desbloqueado junto do IGESPAR, e se consiga que o concessionário abra a cafetaria, que é do interesse dele e também da câmara municipal. -----

Quando os edifícios são classificados, obrigam a mais complexidade administrativa. No que respeita às instalações sanitárias, elas estão abertas, não estão as da cafetaria, mas as pessoas não vão às da cafetaria, a não ser que lá vão. -----

As outras todas estão em funcionamento, as públicas, como é habitual, e com toda a regularidade, sendo que o palácio é muito utilizado por via da universidade sénior e pela biblioteca, estando tudo a funcionar normalmente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 023

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CONSTRUÇÃO DE CASA DE REPOUSO EM ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se a uma situação que os membros da Coligação Novo Rumo já trouxeram a reunião de câmara, até pelo Sr. Vereador Rui Rei, um senhor em Alverca que pretende construir uma casa de repouso. -----

Efetivamente o senhor voltou a falar com a Coligação Novo Rumo, porque recebeu um ofício do Departamento de Planeamento, Gestão e Requalificação Urbana. Entregou um documento de que lhes deu cópia e, de facto, têm visto os documentos que o munícipe tem trazido com alguma preocupação, e não conseguem perceber como é que o senhor, que diz que desde 12 de maio de 2004, com 56 anos de idade, submeteu a primeira proposta, e neste momento já tem 65 anos de idade. -----

Entregou-lhes também cópia dos pareceres das autoridades, porque essa situação também foi levantada, e, ponderando, acham que é melhor, apesar da própria nem sequer conhecer o local, só viu no Google Earth, é uma serralharia em ruínas, onde o senhor quer construir uma casa de repouso. -----

Depois, tudo gera receita, tanto para o município, diretamente, como indiretamente, gera postos de trabalho, e não compreendem a situação. Quanto ao último ofício que o senhor recebeu, não vai comentar, porque este fez os documentários num requerimento que entregou no departamento já em 30 de janeiro, e não terá recebido resposta, senão teria dito, eventualmente. Contudo, continuam sem perceber por que é que a situação não é resolvida, mostrando-se o senhor desesperado para a resolver, pois, pelo que diz, depende daí a sua sobrevivência e da sua família nos anos futuros. -----

Pareceu-lhes não haver razões para que o processo não seja despachado, de qualquer maneira o Sr. Vice-Presidente dirá, ou verá mais tarde, não sabendo se poderá ser hoje. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo, quanto a esta questão do Sr. Jorge Correia versus casa de repouso, que pedirá ao Arqtº Nuno Santos que possa falar, e ao contrário do que parece, na forma como é apresentada, não é só escrita, nada move contra o senhor, muito pelo contrário, o que se pretende é resolver um



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Um dia que a Sr^a Vereadora esteja disponível, terá todo o gosto em ir com a mesma a Alverca, mostrar o local, porque só tem uma saída, que é um túnel sobre prédios. Há questões em termos de segurança, mas haverá de ser encontrada solução, para que o Sr. Jorge Correia não fique com muito má impressão da autarquia, muito mais do que aquela que já tem. -----



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CONFERÊNCIA "OPORTUNIDADES ECONÓMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE
VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, saudando todos os presentes, dizendo, em primeiro lugar, que se congratula pela colaboração que a câmara municipal fez o favor de prestar à Conferência “Oportunidades Económicas para o Desenvolvimento de Vila Franca de Xira”, realizada em 7 de fevereiro, juntamente com as associações empresariais, falando em nome da AERLIS e ADINE, e pensa que também da ACIS, bem como pela cedência das instalações da Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense, e todo o apoio em termos de audiovisual, que proporcionou uma sessão digna. -----

Espera que possa ajudar a refletir sobre certos impasses a que se está a assistir no concelho, e poder contribuir, com as conclusões que se pensa fazer em breve com o grupo de trabalho, que serão divulgadas ao público e à comunicação social, para todo o esforço que é preciso para a implantação de novas empresas neste concelho e, conseqüentemente, com a criação de emprego, podendo, em certa medida, contribuir para alterar o “modus vivendi” a que se tem assistido nestes últimos tempos. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 028

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CEDÊNCIA DE SALAS DO CENTRO CULTURAL DO BOM SUCESSO - ALVERCA DO
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, reportando-se a um e-mail que chegou ao conhecimento dos membros da Coligação Novo Rumo, de alunos e associados do Centro Cultural do Bom Sucesso, que leu de seguida: -----

"A direção do Centro Cultural do Bom Sucesso tem um protocolo com a Academia de Paula Manso, para a exploração de duas salas para a atividade física. Existem aulas como "Body Pump", "Body Combat", que decorrem no auditório do centro. Porém, outra sala, onde decorrem as aulas do "Corpo e Mente" e "Ballet", mais parece uma arrecadação. Tem muita humidade, é pequena, de forma quase triangular, e com características pouco adequadas à prática desportiva. -----

As aulas de "Corpo e Mente", em particular, pelas suas características, são aulas em que a grande maioria dos praticantes tem algum problema físico que os impede de efetuar outras atividades físicas, daí o grande número de participantes. - Os alunos já solicitaram, quer junto à academia, quer junto da administração do Centro Cultural do Bom Sucesso, a passagem para uma sala maior e mais adequada à prática desportiva. -----

A administração informou que não possui mais salas, arriscando deste modo a continuação destas aulas. -----

Por motivos de horários, os participantes também não estão dispostos a alterar o mesmo, possibilidade levantada pela administração do centro cultural.-----

É do conhecimento dos alunos e associados do centro cultural que existem diversas salas atribuídas a diversas associações e coletividades, que não fazem uso das mesmas. Por este motivo, solicita-se que a câmara entre em contacto com o Centro Cultural do Bom Sucesso, de forma a determinar que associações são essas, e verificar a possibilidade de atribuição de uma nova sala para a prática desportiva. -----

Sendo do conhecimento geral os benefícios da atividade física, os praticantes da modalidade, em conjunto com os alunos da academia, bem como os restantes associados do Centro Cultural do Bom Sucesso, consideram este assunto de assinalada importância".-----



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Os membros da Coligação Novo Rumo agradecem que a câmara municipal tome isto em atenção, e veja a possibilidade de ser possível satisfazer este pedido. -----

Interveio a Sr^a Presidente, dizendo que não lhe chegou este assunto, o que às vezes acontece. -----

De qualquer maneira, já fez um despacho, no sentido de ser analisado. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

POSTE DE ALTA TENSÃO JUNTO À ESCOLA SECUNDÁRIA DO FORTE DA CASA -----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, referindo-se a uma questão que tem a ver com uma pergunta que fez na última reunião de câmara em que esteve presente, no fim de janeiro, acerca dos estragos provocados pela EDP junto à escola secundária do Forte da Casa, aquando da retirada do poste de média tensão que ali existia. -----

Foi há cerca de 2 anos, continua exatamente como estava, as pedras estão soltas, neste momento já há ervas à volta, e gostariam os membros da Coligação Novo Rumo de saber se já houve alguma pressão junto da EDP para que execute aquela obra, aquele espaço que estragou, ou, em contrapartida, ser a câmara municipal a executar, caso se entenda que não é culpa da EDP.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, pedindo à Engª Rosário Ferrão que tome nota desta questão do poste de média tensão, que de facto já tinha sido colocada numa outra oportunidade, para se resolver.-----

Está-se dependente da eficácia, e neste caso falta dela, da EDP, sendo uma luta tremenda que se tem com a EDP.-----

Disse ontem, na reunião da assembleia, como certamente o Sr. Vereador se lembrará, que os investimentos da EDP têm vindo a decrescer, ao contrário do que seria suposto, e portanto há alguns trabalhos que não são resolvidos em tempo útil, pedindo pois à Engª Rosário Ferrão que faça nova insistência, que o próprio fará, com os respetivos responsáveis, para se resolver esta questão.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ARRUAMENTO DESVIADO - OBRAS DE SANEAMENTO – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, referindo que na Póvoa de Santa Iria, junto à ribeira dos Caniços, no seguimento do viaduto sobre a linha férrea, em frente ao Cabanas, junto ao sítio onde se fazia a festa da Póvoa, foram executadas obras de saneamento há cerca de 2 ou 3 anos, e o arruamento foi desviado. As obras terminaram, o arruamento continua desviado, e gostariam os membros da Coligação Novo Rumo de saber se há alguma hipótese ou previsão de se repor aquele trajeto como estava, ou se vai ficar assim. -----

Por outro lado, aquele espaço não tem iluminação, e mesmo o próprio viaduto, apesar de ter candeeiros, a maior parte das vezes estão desligados, pelo que, sobretudo quem vem da estação para a Póvoa de Santa Iria, chega ali e fica na dúvida, não sabendo para que lado se há de virar, porque é tudo cinzento. Não há uma indicação do trajeto, não há iluminação, e está-se ali perante uma situação que seria provisória. -----

Se é para ficar o desvio, tem que se arranjar como deve ser, e se é para deixar de estar ali, volta-se a repor como estava. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que esta é uma situação que tem a ver com as obras que vão decorrer, que neste sentido teve a ver com a aprovação que a câmara municipal deu para se avançar com o aterro, para que a Simtejo pudesse colocar o emissário para ligação do saneamento à ETAR de Alverca. -----

Foi necessário desviar o acesso, e naturalmente que no quadro daquilo que se pretende e que virá à reunião de câmara, que é o loteamento do Vila Rio, está prevista ali a construção de uma rotunda, que dará sequência à avenida que depois dará acesso à estação.-----

Há alterações de traçado que estão previstas nesse estudo, e só quando todas estas obras se desencadearem é que haverá condições de resolver aquilo que efetivamente está previsto. -----

Quanto à iluminação pública, é uma matéria que também se vai verificar, porque essa é resolúvel rapidamente.-----



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
 ESTRADA DESVIADA - CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTOS JUNTO
 AO BAIRRO DOS PESCADORES – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, reportando-se a uma situação recente, em que pensa ainda não houve tempo para resolver, porque as obras ainda decorrem, que é o desvio que foi feito agora aquando da construção da estação elevatória de esgotos junto ao Bairro dos Pescadores, na Póvoa de Santa Iria.-----

O desvio está feito, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se a estrada vai ser resposta ou não no sítio onde estava. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESTADO DO PAVIMENTO - TERMINAL RODOFERROVIÁRIO - PÓVOA DE SANTA IRIA ---

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, reportando-se ao terminal rodoferroviário, na Póvoa de Santa Iria, e à zona junto à estação, que está cheia de buracos, com poças de água e lama. Os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se aquilo é para ficar ali. Se é, deveria ser alcatroado, e se não é para ficar, gostariam de saber se há alguma novidade. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o Sr. Vereador refere, e bem, que no terminal rodoferroviário há problemas a nível do piso, que está muito degradado, com muitos buracos, sendo que, como também já deu conta, estão ali a decorrer várias intervenções, no que diz respeito à requalificação da zona ribeirinha, com a passagem de máquinas pesadas. -----

De qualquer modo vai-se tentar minorar a situação, acrescentando, quanto ao antigo parque de estacionamento, que hoje está vedado, que se está em negociações com o fundo imobiliário que hoje é proprietário do terreno, para que, enquanto não se desenvolve o projeto que estava previsto, se bem que o próprio fundo já disse que ele tem de ser repensado, e provavelmente tem de ser adaptado às circunstâncias que o mercado hoje em dia exige, pelo menos permita que aquele local volte a ter estacionamento. -----

Está-se a falar, provavelmente, de 2, 3 ou não sabe quantos anos para que o projeto possa arrancar, e nesse meio tempo seria bastante útil e importante para as pessoas que se dirigem, com a sua viatura, para a estação.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **034**

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PARQUE DE ESTACIONAMENTO – EB 2,3 ARISTIDES DE SOUSA MENDES - PÓVOA DE
SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, dizendo que foi ou está a ser construído um
parque de estacionamento junto à vedação da EB 2,3 Aristides de Sousa Mendes,
na avenida D. Vicente Afonso Valente, na Póvoa de Santa Iria, que está quase
concluído, não está ainda a ser utilizado, e pensa até que está parado. -----

Neste sentido, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se há
alguma perspetiva de ser terminado. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, reportando-se a este estacionamento que está a ser
construído junto à escola, e que fica próximo do pavilhão desta mesma escola,
dizendo que a intervenção vem na sequência da aprovação da alteração à segunda
fase do loteamento da Quinta da Piedade, ou seja, como certamente os Srs.
Vereadores recordam, porque foi muito falada, pelos motivos que todos conhecem,
uma das questões que esteve em cima da mesa relativamente a essa alteração
teve a ver com uma exigência da câmara municipal, de construção daquele
estacionamento. -----

É isso que está construído, e se ele está pronto, agradece que os serviços de
urbanismo vejam, pois se está tem de ser colocado à disposição da população. -----



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº _____

Fl. Livro _____

Fl. Ata 036

Reunião de 2013/02/20



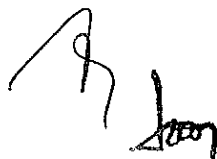
CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº **170**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata da reunião de câmara de 2013/01/23.--



Assunto: PROPOSTA DA JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA SOBRE A PROPOSTA DE LEI Nº 122/XII, QUE ESTABELECE O REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS-----

Presente para aprovação a proposta da Junta Metropolitana de Lisboa referente à proposta de Lei nº 122/XII, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que esta proposta já tinha sido apresentada na última reunião de câmara, e foi distribuída para análise dos Srs. Vereadores, para hoje ser submetida a votação, ou seja, se a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira comunga das preocupações da Junta Metropolitana de Lisboa em relação à proposta que foi apresentada, embora a Junta já tenha vindo a desenvolver ações sobre esta matéria, inclusivamente junto do próprio Governo, e amanhã vai haver informações sobre o assunto. -----

O Sr. Vereador Raul Sanches interveio, mencionando que este documento sobre a proposta de lei que o Governo pretende fazer sobre a Lei das Finanças Locais resulta, sobretudo, não só da necessidade de alteração da Lei, de 2007, mas também devido ao que ficou determinado no memorando de entendimento assinado com a Troika, em que se propõe a revisão de alguns aspetos que sejam adequados à nova situação do país.-----

Este documento foi aprovado na generalidade na Assembleia da República, e baixou à comissão da especialidade em 15 de fevereiro, na passada sexta-feira. Entretanto, a Coligação Novo Rumo considera que estas questões podem ser apresentadas à Assembleia da República, até porque as leis, quando se fazem, nem todas são perfeitas, mas há sempre a possibilidade de alterar, nem que seja posteriormente, depois da sua aprovação, desde que se chegue à conclusão de que alguma coisa não funciona como deve ser.-----

Daí os vereadores da Coligação Novo Rumo entenderem que estar a aprovar ou não este documento pouco ou nada representará, na medida em que a Junta Metropolitana de Lisboa já fez chegar, tal como a Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, à Assembleia da República, vários pareceres, que inclusivamente estão no site do Parlamento, e vão-se abster, esperando que as



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Aça _____ **039**

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

sugestões e alterações sugeridas pela Junta Metropolitana de Lisboa possam ser contempladas ou melhoradas, se for caso disso. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que assiste ao PSD legitimidade para dizer o que disse, mas é surpreendente, porque esta posição da Junta Metropolitana de Lisboa foi uma posição que juntou o esforço político-partidário das forças nela representadas, sendo que a ANMP, que é presidida por um membro do PSD, é um dos principais opositores deste regime de destruição do poder local. -----

Para informação dos vereadores do PSD, são muitas mais as coisas que estão para além daquilo que na legítima opinião que têm estão em causa.-----

Está em causa a própria autonomia do poder local, está em causa a sustentabilidade financeira do poder local, bem como a manutenção de um serviço público, tal como é conhecido após a Revolução do 25 de Abril, para não falar de alterações muito significativas na estrutura fundamental da receita, com particular destaque para aquelas que se prendem com as atividades imobiliárias, que sendo necessário libertá-las do ponto de vista do seu peso relativo na estrutura da receita macroeconómica das câmaras municipais, poderá atingir um particular impacto negativo, se o Governo optar por ainda aprisionar uma parte mais do que significativa do que a essa receita diz respeito, e que deveria competir ou ser alocada diretamente para os municípios.-----

Desta forma, naturalmente que da parte da CDU existe uma posição de apoio a todas e quaisquer iniciativas que sobre esta matéria sejam tomadas na defesa do poder local e, acima de tudo, dos munícipes, porque o que está em causa é a defesa da manutenção do serviço público, também no concelho, e esta câmara municipal pode, deve e tem todo o direito em expressar toda a sua indignação política sobre um trabalho de preparação legislativo que visa aquilo que se está aqui a verificar.-----

Interveio a Srª Presidente, falando em nome do Partido Socialista e enquanto presidente do executivo, referindo que se está num momento particularmente difícil para o país a que o poder local não escapa, e tem-se verificado nos últimos anos um claro desrespeito pela observação da Lei das Finanças Locais, que só se viu observada na altura em que foi primeiro-ministro o Engº António Guterres. A



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 040

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

partir daí não mais houve respeito pela Lei, o que levou a que os municípios vissem violentamente reduzida aquilo que é a sua comparticipação na arrecadação de impostos por parte do Estado.-----

Face à nova proposta que está em cima da mesa, vai passar dos 18,5% para os 23%, o que significa para alguns municípios o estrangulamento total no cumprimento das suas obrigações perante as populações, o serviço público. Criar uma nova Lei das Finanças Locais num momento de dificuldade como este significa sempre um instrumento de maior dificuldade de gestão, até porque vem a administração central intervir em áreas que estão confinadas aos municípios. Não se limita a mexer naquilo que são as comparticipações que atribuiu dos meios que arrecada, mas também determina sobre a eliminação de impostos, denominados impostos municipais, e isto é uma violação em toda a linha daquilo que está atribuído ao poder local.-----

Dá conta que o Orçamento de Estado tem vindo a assumir uma importância em termos legislativos que ultrapassa qualquer outra lei de valor reforçado, o que é uma anormalidade também, e verifica-se que através do Orçamento de Estado, em cada ano são mais uma vez introduzidas medidas redutoras quanto à aplicação da própria lei.-----

Não pode a própria, porque está muito próxima desta discussão, ter a esperança e a fé manifestada pelo Sr. Vereador Raul Sanches, já que acompanhou de perto e participou naquilo que foi a atitude do Governo em relação à ANMP, que representa os 308 municípios, aquando da preparação desta legislação, que fez uma reunião que não valeu nada, porque não conhecia a proposta, e fez uma segunda reunião, em que disse que os municípios não estavam de acordo, mas não interessava, que apresentavam as propostas e discutiam-se ao nível da Assembleia da República.----

Na mesma maneira poderá dizer o Governo, e vai dizer amanhã, que tem uma maioria que o sustenta, que a lei vai ser aprovada, e vai entrar em vigor.-----

Vai ser aprovada durante o mês de março, e o mês de março é já amanhã. É para aplicação em 2014, é certo, e nesse momento, no seu caso concreto, já não será presidente de câmara, mas não pode, no momento atual, deixar de ter uma atitude de defesa intransigente daquilo que é necessário para que o poder local possa cumprir o serviço público que lhe está atribuído. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 041

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Nos tempos que correm, e com as dificuldades que cada dia mais se fazem sentir por parte das populações, seria exigida ao Governo uma nova atitude, de respeito perante as autarquias. Não a tendo, torna-se necessário que efetivamente, de todas as formas, embora já com pouca esperança, se possam tentar agitar as consciências, para que se possam ainda introduzir alterações. Deve dizer que as expectativas são muito poucas, já aconteceram algumas reuniões, mas está-se num momento de grande dificuldade, em que as tomadas de posição devem, no seu entender, ser reforçadas em cada município. -----

Informa ainda que, porque uma coisa acaba por afetar a outra, na próxima sexta-feira terá lugar, na Assembleia da República, uma audição que tem a ver com a proposta de lei 104/XII, que se refere ao novo regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias e para as entidades intermunicipais, aprovando também o regime jurídico do associativismo autárquico. -----

A nível da Área Metropolitana de Lisboa quem tem desenvolvido diligências e preparado algum trabalho, tem sido o município de Vila Franca de Xira e o de Cascais, e ir-se-á à Assembleia da República defender a posição face a esta proposta, mas, até pelas questões que se relacionam com o assunto da proposta de lei 122/XII, a posição em relação a esta é também, claramente, de oposição, porque novas competências do Estado, quando este se prepara para retirar os meios às autarquias, só podem augurar mais dificuldades, e isso é algo que colocará mais municípios ainda em dificuldades, e sem perspectivas de solução. -----

Neste sentido, o Partido Socialista subscreve a proposta da Junta Metropolitana de Lisboa. -----

Deliberado, por maioria, com a abstenção da Coligação Novo Rumo, aprovar a proposta da Junta Metropolitana de Lisboa. -----



Assunto: INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA NAVAL DA MARINHA-----

Presente para votação a proposta da CDU, datada de 2013/01/23, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, respeitante à aquisição/utilização das instalações da antiga escola naval da Marinha. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que tinha sido apresentada uma proposta da CDU sobre a aquisição/utilização das instalações da antiga escola naval da Marinha, pelo que já se tinha abordado este assunto, tendo o Partido Socialista feito, juntamente com a Coligação Novo Rumo, uma proposta de ajustamento, que se distribui de seguida, para votação, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que na última reunião, em Alhandra, houve ocasião de todos discutirem um pouco esta matéria, até aprofundadamente.-----

De grosso modo, ficaram encarregados de tentar consensualizar uma posição que não fosse, nem a do Partido Socialista, nem a do Partido Social Democrata ou da CDU, no sentido de se procurar um consenso que permitisse uma apresentação o mais transversal possível de uma proposta sobre esta matéria. Isso não foi possível, os vereadores da CDU quiseram manter a proposta inicial, de qualquer das maneiras consensualizou-se uma proposta, entre o PS e a Coligação Novo Rumo, que resume em dois ou três aspetos. -----

Um primeiro, que também houve ocasião de referir em Alhandra, é que o território das antigas escolas navais da Armada é um terreno cuja importância estratégica, dimensão e capacidade de utilização ultrapassam em muito o que seria uma mera utilização parcial das suas instalações, mesmo que fosse apenas do Estado.-----

Aliás, o raciocínio de que assim é levou o município, no caso da revisão do próprio Plano Diretor Municipal, a encetar uma longa discussão sobre a matéria, no sentido de fechar por assim dizer a utilização daquele território ao que seria o apetite urbanístico direto, mais habitual nestas matérias, e concentrou-se aquele território num fim desportivo de lazer e educação, na perspetiva de gerar uma mais-valia, quer em termos de formação e educação, mas também, hoje em dia, em tudo o que diz respeito às questões do empreendedorismo, das empresas de ponta, e outros, sendo esse o caminho que o município quer para aquele espaço. -----



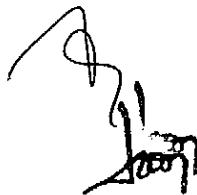
Quanto à redução, como ponto de partida, das possibilidades daquelas instalações para a instalação de alguns serviços do Estado, eventualmente até da câmara municipal, que hoje se encontram próximos ou dentro da malha urbana de Vila Franca, como é o caso dos serviços do município, deu-se logo conta, na reunião de Alhandra, que só por si a situação não seria benéfica, desde logo para Vila Franca de Xira, uma vez que ela é hoje ainda um centro administrativo importante, e era preciso preservar, até sob o ponto de vista do comércio, a vida desta cidade. -----

Por isso, o que propõem o PS e a Coligação Novo Rumo é exatamente isto, ou seja, a reafirmação, por parte do município, da importância estratégica daquele território no âmbito do desenvolvimento integrado e estruturado para a zona norte do concelho, e diria mesmo para a zona norte da Área Metropolitana de Lisboa, tendo em conta também as acessibilidades afetas ou próximas daquele local, e reafirmar, junto da administração central, mais uma vez, o empenho em ser parceiro e motivador de um projeto estruturado e de fundo, que venha a permitir um desenvolvimento importante desta zona do concelho e da Área Metropolitana de Lisboa. -----

É no fundo o que resumiu um pouco o que foi a discussão tida em Alhandra, que permitiu chegar-se a um consenso, quase totalmente alargado dentro do executivo municipal, e daí apresentar-se essa proposta à votação. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que em certa medida o resultado final que a CDU pretende é o mesmo que a sua coligação pretende, e quando os seus membros disseram, e concordaram, com os considerandos da proposta apresentada, foi porque pensavam que ia ser retirada, e que seria uma proposta consensual ao executivo da câmara municipal. -----

Pensa que a CDU poderia refletir um pouco mais, e terão pena se a proposta tiver de ir a votação, de votarem contra, pelo que apelam que a CDU possa também subscrever, se o PS assim o permitir, esta proposta, e que seja a proposta do executivo, na medida em que vai, no fundo, traduzir uma vontade final que todos sentem, que é de grande interesse para Vila Franca de Xira e para a sua população, tomar a posse daquelas instalações, porque é uma centralidade que é necessário desenvolver, de muita importância para o desenvolvimento e sustentabilidade do próprio concelho. -----



Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que há 15 dias, quando os membros da CDU apresentaram a proposta, o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira disse que ela era uma proposta muito vaga e oca, que dizia tudo e não dizia nada. -----

Quando foi colocada a questão e ênfase no que respeita às novas instalações da câmara municipal, entenderam que não seria por aí que não iriam chegar a um consenso, e não são só as instalações que são propostas para serem localizadas na escola naval da Marinha. Falavam nas instalações para a PSP, na questão do depósito do Ministério da Justiça, pelo que não era só esse serviço, e nem colocaram todos aqueles que poderiam ser colocados na escola naval, como por exemplo os julgados de paz, de que há tanto tempo se fala que era necessário que existissem no concelho, ou uma Loja do Cidadão de terceira geração, que também faz falta, e poderia ajudar, não só os munícipes de Vila Franca de Xira, mas de outros municípios à volta, que teriam acesso aos serviços que são importantes nesta altura, já que a não ser em Lisboa ou Odivelas, não há outro local onde possam aceder. -----

O que se propunha era que este espaço fosse ocupado por estes ou outros serviços, que viessem a ser necessários para o município, sendo que, no que respeita às instalações da câmara municipal, recorda, crê que há 2 anos, numa das reuniões de câmara realizada no Sobralinho, que quando foram confrontados com a proposta das novas instalações serem no Vilafranca Centro, propuseram inclusivamente que fossem construídas onde é hoje o pátio da câmara municipal. Propuseram isso na altura, e entendem ainda hoje que aí seria, de facto, a localização ideal.-----

Construindo aí as novas instalações da câmara municipal, esta escola naval poderia fazer o papel que hoje o pátio faz, local de estacionamento dos veículos que são necessários, tendo a câmara municipal e os SMAS hoje em dia um pátio completamente desorganizado, e poderia a escola naval ser um local para ultrapassar esta dificuldade. -----

Não há nenhuma amarra com a questão das instalações, mas o que entendem é que elas têm de ser resolvidas, até porque ontem deram conta, na assembleia municipal, através da informação da Srª Presidente, que se está a falar de valores



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl.-Ata 045

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

em rendas que, somando os anos que se apresentam, 2013 e 2014, ultrapassam em 100 000,00€ as rendas que o município paga para a utilização de alguns espaços, entre eles espaços, que no entender que têm, estão completamente ultrapassados, como é o caso do armazém do arquivo, o espaço da Divisão de Acção Social, que está a funcionar em condições menos dignas, assim como da própria assembleia municipal, como ainda ontem foi referido.-----

Aquilo que entendem é que não é a questão das instalações que deve estar em causa, mas esta proposta do PS e da Coligação Novo Rumo é de tal forma vaga que não vinca a necessidade premente da administração central perceber da necessidade e dívidas que tem para com o município de Vila Franca de Xira. -----

Depois, há também um ênfase muito grande relativamente às parcerias, que são muito importantes, de facto, porque se calhar sem elas dificilmente se terá o espaço requalificado, mas não se podem restringir apenas à questão das parcerias e, olhando para a proposta, aquilo que se diz é que o executivo da câmara municipal declara transmitir à administração central a disponibilidade para o município vir a obter a posse ou propriedade do referido espaço, encontrando parcerias para estruturar projetos de desenvolvimento. -----

Entendem que as parcerias são importantes, mas há mais do que isso, e o parceiro ideal deve ser o próprio Estado, a própria administração central, e que, não tendo nada contra esta proposta que vem do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo, a da CDU, nesse aspeto, é mais rica e produtiva para aquilo que todos afinal querem, que é que a câmara municipal possa ter a posse ou a gestão do espaço, e colocá-lo à disposição de quem mora no concelho de Vila Franca de Xira e não só. --

Interveio a Srª Presidente, dizendo que gostaria de tecer alguns comentários, que resultam do facto de acompanhar esta matéria muito de perto há bastante tempo. Já teve, em momentos anteriores, oportunidade de explicar que este assunto, não sem custos para o município, porque em determinado momento os custos seriam inferiores àqueles que hoje se apresentam, não eram nulos, e a verdade é que houve uma possibilidade do município vir a tomar posse daquele espaço, por contrapartida de fazer as obras que eram necessárias fazer no Alfeite, para instalação, da então, escola da Armada.-----

Foi um assunto bastante negociado com o Sr. Ministro Paulo Portas, que era, então,



Ministro da Defesa, que mereceu o seu acordo, e na altura até tinha merecido o aval do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, mas, com a mudança de Governo veio a ver-se gorado, porque de repente os custos dispararam para a casa dos quase 30 milhões de euros, e era completamente impossível. Tanto assim é que hoje o custo que está associado ao espaço é de 8 milhões de euros.-----

Correram notícias agora recentemente que já estava vendido, mas também “vira e não volta” alguém acorda, sai para a rua e diz “aconteceu!”, até parece que é uma notícia, até pode sair no jornal e tudo, e acabou de confirmar mesmo agora com quem teria de assinar a venda que não é verdade. -----

Assim, para os senhores jornalistas, e em última mão, diz que não é verdade. -----

Ainda há uma semana houve uma visita de um grupo ligado ao ensino superior ao espaço, têm acontecido várias, já que a intenção foi sempre aproveitar aquele espaço, porque é grande, para instalação na área do ensino, desporto e eventualmente do lazer.-----

Ficou vedada pela alteração do PDM qualquer hipótese de ser construída ali habitação, até porque há um conjunto de condicionantes que pesa sobre aquele território, e nesse sentido têm-se incentivado entidades a interessarem-se pelo espaço. É certo que há vários interessados na aquisição daquele espaço, que não têm contactado a câmara municipal, têm feito contactos diretos com a entidade que detém a sua posse, mas não há nenhuma proposta formal que permita dizer que a negociação está a chegar a um fim. -----

Quanto à questão levantada pela CDU, não tinha qualquer problema em votar favoravelmente a proposta, mas, e em primeiro lugar, aquilo nunca virá à posse do município sem custos. Até lhe parecia um processo natural, a exemplo daquilo que se conseguiu negociar com o Ministério da Justiça quando foi do terreno do tribunal, em que a câmara municipal cedia um terreno, e davam-lhe o espaço do atual tribunal. Isso veio a gorar-se, por acaso ainda não foi devolvido o espaço, e não deram o antigo. -----

Contudo, a situação de equacionar a construção do tribunal ali também já foi feita, teve visitas, teve isso tudo, foi um estímulo que resultou até de um consenso que se estabeleceu entre todos, no sentido daquilo vir a ser utilizado. Aí faria correr outras entidades, que teriam de investir os 8 milhões de euros necessários e o



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã' 047

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

valor das obras. -----

Em termos de entidades do Estado, a situação apresenta-se logo muito problemática, em primeiro, pelo custo associado à aquisição, e depois o custo associado às obras, que à medida que o tempo passa é cada vez maior, porque a degradação é maior. -----

A ausência dum serviço de segurança ali permitiu que tudo fosse vandalizado, tudo foi roubado, até o ladrão que apanhou lá um choque elétrico quando estava a roubar fio de cobre queria uma indemnização. É uma anedota, mas é uma realidade, devendo pois perceber-se que, efetivamente, quando as entidades abandonam o espaço, esvaziam, e ele caminha rapidamente para a degradação total, sendo tudo mais complicado. -----

Quanto ao deslocalizar para ali dos serviços municipais, pensa o Partido Socialista que não seria uma boa decisão, desde logo pelo prejuízo que iria criar ao comércio local. A presença de tão grande número de pessoas, muitas das quais que se deslocam de fora de Vila Franca de Xira para fazerem o seu trabalho diário, e fazem despesas várias, traria um vazio e um prejuízo claro para todas estas entidades. Seja ir ao cabeleireiro ou barbeiro, almoçar ou comprar qualquer coisa, é atividade económica que se produz, e por isso concorda quando a CDU diz que aquilo deve ser um motor ao desenvolvimento económico, deve ser sim senhor, mas tem que se perceber que isso não pode ser por prejuízo de um outro setor, que hoje já se encontra tão debilitado. -----

Por isso, entende o PS que se deverão continuar a fazer todas as diligências e incentivos no sentido daquele espaço vir a ser aproveitado, mas que não passa pela deslocação das instalações municipais para o local. -----

Tomou de novo a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, para dizer que pensa que os membros da CDU foram claros quando disseram que esta era uma sugestão, e ao dizerem isso não queriam que as novas instalações, toda a câmara municipal, fosse para a escola naval. A própria disse há pouco que há serviços que estão hoje, por exemplo, no pátio, e que, se se resolvessem construir no pátio as novas instalações, poder-se-ia utilizar o espaço da Marinha, nomeadamente a parte do parque automóvel. -----

A Srª Presidente diz, e podem concordar, que a cidade de Vila Franca de Xira está



muito ligada à vida do dia a dia da câmara municipal, aliás é ver as ruas a partir das 18h00, em que se tem uma cidade completamente deserta, e a partir das 20h00 é muito difícil beber um café, pelo que o PS percebe, e a CDU também, só que é também preciso perceber que se anda a adiar a questão das novas instalações, e elas não podem continuar a ser adiadas. Se este não é o local, então deve-se discutir onde é que as novas instalações vão ser construídas. -----

Não se podem continuar a pagar rendas de sítios pouco condignos para trabalhar, e não se podem ter os trabalhadores amontoados uns em cima dos outros. Há pouco dizia-se que a instalação sanitária da cafetaria da Quinta da Piedade não funcionava, mas em alguns serviços da câmara municipal há instalações que também não funcionam muitas vezes, há uma falta de manutenção, e às vezes diz-se que não vale a pena arranjar, porque se vai mudar de sítio.-----

Vai-se para aonde? Quando é que se vai? Esta situação tem que ser resolvida. Se não é a centralização na escola naval que é a solução, muito bem, então qual é a solução? Vai-se ter de resolver de uma vez por todas, não se vai continuar assim, sendo que os membros da CDU disseram há 15 dias, e por isso decidiram retirar a proposta, para ver se se conseguia melhorar o texto, que não é o local ideal, mas é preciso que saia uma proposta com fundamento necessário, para que o Estado central perceba que a câmara municipal precisa do espaço, o município e as pessoas precisam do espaço.-----

A Srª Presidente falou dos 8 milhões de euros, e das instituições que estão interessadas, e a própria questiona se esses 8 milhões também serão o preço pelo qual a Estamo vende se o espaço for utilizado apenas por essas instituições particulares. Se calhar não é, e também não sabe como é que isso se processa. Se se vai colocar o ênfase apenas, e não diz que não é importante, porque é de facto, e seria bom para o concelho de Vila Franca de Xira a presença de um ensino público superior, seja ele particular, não sabe se o preço que se iria pagar seria o mesmo se fosse usado exclusivamente nesse fim.-----

Aquilo que lhes parece é que esta proposta, de tão vaga que se apresenta, falando apenas em parcerias, pode levar a essa situação, e volta a dizer que se a proposta for votada, apesar de não estar agendada, mas se for posta a votação, nada os move contra ela, só que entendem, ainda assim, que a proposta da CDU é de facto



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 049

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

mais fundamentada.-----

A Srª Presidente interveio, mencionando que concorda em absoluto que se necessita de umas novas instalações, não se pode é amarrar uma coisa à outra.-----

Um exemplo prático é o Seixal, e as instalações que havia junto à sede do PCP, que é um espaço que conhece bem. Saíram dali as instalações dos serviços municipais, e tudo aquilo morreu, completamente, as pequenas tascas e aquelas coisas ali, desapareceu quase tudo. -----

A câmara municipal tem feito algumas melhorias nos espaços municipais ao longo destes anos, e a intenção é manter os serviços com a dignidade necessária para o desempenho das funções, o que é uma realidade, podendo ver-se a oficina municipal, que é um bom exemplo daquilo que está a falar. Louva a preocupação da CDU, mas recomenda uma visita ao local. -----

Quanto ao assunto, passará à votação das propostas.-----

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio novamente, recomendando à Srª Presidente uma visita, por exemplo, ao arquivo do Departamento de Planeamento, Gestão e Qualificação Urbana, porque certamente vai sair de lá com a mesma sensação que a própria saiu aquando da primeira visita. Na segunda visita já não teve essa sensação, mas, de facto, na primeira teve, e pensou como é que é possível e como é que as pessoas podem trabalhar ali. Desde logo a entrada é muito má, e depois o interior também não é melhor. Está a falar neste caso, mas pode falar noutro, até no próprio gabinete dos membros da CDU, em que tiveram umas dificuldades tremendas para que deixasse de chover lá dentro. -----

Não acredita que seja só neste gabinete, é capaz de ser um pouco mais generalizado, mas também acredita que a Srª Presidente, o Partido Socialista e a Coligação Novo Rumo têm esta preocupação, como a CDU tem, e têm também esta vontade, de ficarem com as instalações ao serviço do município, e não verão na proposta da CDU nada que possa pôr em causa e que possam votar contra a proposta. Não é uma amarra, não tem vínculo relativamente às novas instalações, são propostas que apresentam, voltando a dizer que o ideal seria que as novas instalações pudessem ser feitas no pátio da câmara municipal.-----

Como disse a Srª Presidente, as cidades são diferentes. Foi dado o exemplo do Seixal, e parece que o seu camarada sabe que isso não é verdade, a própria não



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl.-Ata 050

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

sabe, porque não conhece a realidade, conhece a realidade de Odivelas, por exemplo, em que as instalações da câmara municipal não são no centro da cidade, e não é por aí. -----

Os municípios são diferentes, disse-se tantas vezes, e não há um finca-pé no que respeita às instalações. Há uma proposta, que tem sugestões que não passam só por parcerias, ao contrário daquela que é apresentada pelo Partido Socialista e pela Coligação Novo Rumo. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que em termos da discussão de fundo dirá que está feita, não vale a pena insistir, mas julga, de qualquer maneira, que era importante votar, e sugere que se vote em alternativa, para facilitar as operações de votação. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que não vai acrescentar argumentos, que já foram apresentados, todavia há um aspeto que merece alguma reflexão. Devem-se encarar as experiências dos outros municípios como experiências, e vê-las na sua plenitude, retirando delas as questões que se revelem como boas práticas a adotar no âmbito da gestão municipal, mas já agora, para dar informação, e reconhecendo bem a CDU a dificuldade desses processos, no caso do Seixal houve a preocupação do município em, ao mesmo tempo que vagavam essas instalações dispersas pelo núcleo histórico do Seixal, entregá-las a associações e coletividades, e portanto, neste momento há uma outra vida, uma vida associativa e cultural, com implicações positivas junto do comércio local. -----

Terminou, dizendo que a perspetiva da CDU é a de trabalhar, para que um dia mais tarde, que pode não ser tão longínquo quanto isso, não possa ficar com aquela sensação amarga de que não fez aquilo que deveria ter feito. -----

São todos agentes do Estado, Estamo, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, câmaras municipais, e se pelo menos a Marinha já servisse para acolher o depósito, aquele que custa 1 milhão de euros anuais há mais de 7 anos, que é, no somatório, o equivalente àquilo que se presume ser o custo/valor imobiliário hoje da Marinha, 8 milhões de euros, pois mais do que isso já foi pago em rendas, e que isso resultasse dessa pressão forte do município, já se tinha feito um grande serviço a bem da valorização do serviço público. -----

Interveio a Srª Presidente, passando à votação das propostas. -----



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar a proposta dos membros do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo.-----

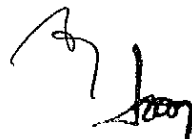


Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Assunto: PROPOSTA DA CDU SOBRE O TEATRO SALVADOR MARQUES - ALHANDRA--
Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que os membros do PS tiveram ocasião de analisar com cuidado a proposta dos membros da CDU relativa ao Teatro Salvador Marques, em Alhandra, e têm algumas alterações a apresentar, casos os Srs. Vereadores estivessem de acordo.-----

Não são muitas, tomou a liberdade de fazer um sublinhado na zona das alterações, e sugere, se a Srª Presidente estiver de acordo, que se distribuam as alterações, os Srs. Vereadores leem, e faz-se a discussão deste ponto mais tarde, aceitando ou não aceitando. -----



1. Assunto: 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO, CORRIGIDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012, PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 15/13, de 19/02, do DAF/DPFCI, para aprovação da 2ª alteração ao orçamento, corrigido a 31 de dezembro de 2012, para o ano económico de 2013, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 15/13, de 19/02, do DAF/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que, como já tinha tido oportunidade de dizer em momento anterior, uma vez que se está a gerir o município com base no orçamento de 2012, o executivo do PS viu-se confrontado com a necessidade de fazer mais alterações do que aquelas que seriam normais. -----
Neste sentido, para dar cobertura às obras que estão descritas, tem necessidade de apresentar esta alteração. -----
Num último momento foram introduzidas mais duas situações, pelo que foi distribuído um novo documento ontem, ou segunda-feira, não tem exatamente presente, que diziam respeito aos investimentos nas freguesias, não havia verba disponível no orçamento corrigido de 2012, e era preciso reforçar. -----
Terminou, colocando-se à disposição dos membros da câmara municipal para responder às questões a levantar. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU vão votar contra, porque existem algumas propostas para alterar o orçamento corrigido com



as quais não concordam. Expressaram o seu sentido de voto no momento adequado e seria difícil mudar de opinião em tão pouco tempo. -----

Deste modo, vão votar contra, e refere só este pequeno aspeto, que é, percebe-se que a intenção é que com uma “alteraçãozita” aqui e outra “alteraçãozita” acolá, passados 15 dias, 1 mês ou 2 meses, sem querer, se fique com o orçamento que não está em vigor e foi chumbado pela CDU, mas isso faz parte do procedimento. Os membros da CDU compreendem esse procedimento, mas não podem estar de acordo com ele, apesar de ser legítimo, politicamente não se reveem nele. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que há sempre uma solução, é fechar a porta da câmara municipal. -----

Perante aquilo que o Sr. Vereador insinuou, a câmara municipal precisa de funcionar e, nesse quadro, uma vez que os instrumentos não estão em vigor, tem que fazer os ajustamentos necessários, não pode é ficar refém, e aliás a lei salvaguarda estas questões, de uma situação cujo desfecho ainda se desconhece.--

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que com a explicação que a Srª Presidente deu e também na sequência da primeira alteração, o sentido de voto dos membros da Coligação Novo Rumo será a favor, de qualquer maneira têm uma dúvida, e uma vez que está presente a Drª Nélida Soares, aproveitariam para a esclarecer. -----

Quando o POCAL refere que se mantém também em execução o plano plurianual de investimentos em vigor no ano económico findo, com as respetivas modificações e adaptações decorrentes da sua execução nesse ano, sem prejuízo dos limites das correspondentes dotações orçamentais, o que é que esta última frase quer dizer, são as dotações orçamentais de 2012? -----

Respondeu a Srª Presidente que são sempre as de 2012. -----

Prossegiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que as rubricas são novas, perguntando como é que funcionam. -----

Esclareceu a Drª Nélida Soares que não se está a inserir nenhuma rubrica nova em termos orçamentais, porque a económica já existe e está-se a falar de orçamento, o que se está a fazer é a especificar no plano plurianual de investimentos ou no plano de atividades municipais essas rubricas. -----

Quando se fala em orçamental reporta-se ao orçamento e às classificações



económicas, não se estando a introduzir nada de novo, até porque só poderia ser feito em sede de revisão orçamental. O que se está a fazer é a distribuir de acordo com as necessidades que forem surgindo, e nunca poderá ser para além da dotação, que é o orçamento corrigido, sendo esse o teto. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, agradecendo e dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo já compreenderam. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que pode ficar a dúvida que a CDU pretende que a câmara municipal feche portas e que com o seu voto contrário o que defende é o encerramento dos serviços. -----

A Srª Presidente sabe que não é isso e tem toda a obrigação, de uma forma absolutamente natural, de ter que reconhecer publicamente que aquilo que disse é um eufemismo político, e deve deixar que lhe diga que não lhe fica bem na qualidade de presidente de câmara. -----

O que a CDU tem contra o orçamento é contra as prioridades políticas do Partido Socialista, pelo que, naturalmente, quando estão contempladas obras, e não queria fazer caminho por aí, mas se a Srª Presidente não compreendeu, vai particularizar, como 281 mil euros, com o ecoparque e os compromissos que resultam da alteração ao loteamento da Quinta da Piedade, com o qual os membros da CDU nunca estiveram de acordo, e continuam a não estar, é um princípio que só merece a sua reprovação. -----

Não vale a pena a Srª Presidente insistir nesse “fantasma” de que a CDU o que pretende é fechar a câmara municipal e encerrar as suas portas, quando sabe perfeitamente que isso, nem sequer do ponto de vista político, é um argumento defensável. Portanto pede-lhe, caso queira atender como boa esta sua sugestão, que não utilize mais desses argumentos, porque já os usou várias vezes, e não tem dúvida que as pessoas sabem que isso não é verdadeiro. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que vai responder ao Sr. Vereador rigorosamente à letra. O Sr. Vereador permite-se fazer insinuações e depois não gosta de ouvir as respostas, porque disse, e pensa que não se esqueceu, senão a própria pede para repor a gravação, “com alteraçãozinha aqui, alteraçãozinha acolá, vamos pôr a funcionar o orçamento de 2013, que foi chumbado pela CDU”. -- Se o Sr. Vereador se tivesse limitado a votar contra a alteração e a não fazer



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

comentários laterais, porque os fez durante a sua intervenção, a própria não lhe teria respondido aquilo, pois também não há outra expectativa em relação à posição da CDU quanto à gestão municipal, é sempre contra. Paciência, a própria tem pena, e é só isso, mais nada.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que vai dizer uma coisa à Srª Presidente, mas para os que estão a assistir não é verdade. "É verdade, tem razão!" Mas isto que acabou de dizer não é verdade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 63/13, de 14/02, do DPGQU/SAP, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2013/01/30 e 2013/02/13, respeitantes a licenciamentos de obras particulares “construção/utilização”. -----


3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 63/13, de 14/02, do DPGQU/SAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----

6. Propostas: interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se a atos praticados na Bolonha e a um licenciamento na urbanização Solar da Marinha ou Parkibérica Park, para atividades de investigação e pesquisa científica, dizendo que gostaria que a câmara municipal pudesse dar uma informação mais pormenorizada. -----
Respondeu o Arqtº Nuno Santos que corresponde a um estabelecimento escolar aprovado para aquela fração. Houve uma mudança de uso, houve as autorizações necessárias, e foi feito o licenciamento de uma escola, que neste momento está para autorização da utilização, uma vez que foram concluídos todos os procedimentos que habilitam a mesma. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO - ESTRADA DO MOINHO VELHO – PARDIEIRO - CALHANDRIZ -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 64/13, de 05/02, do DPGQU/DF, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno a integrar no domínio público do município, com a área de 448m2, à qual foi atribuído o valor de 448,00€, sita na Estrada do Moinho Velho, no Pardieiro, na Calhandriz, propriedade de Rui Manuel Alves Marques, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

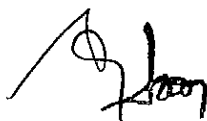
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 64/13, de 05/02, do DPGQU/DF, planta de localização e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente -----



1. Assunto: 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – DISCUSSÃO PÚBLICA –
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 9/13, de
13/02, do DPGQU/DPOT, para aprovação do relatório de ponderação da discussão
pública da 1ª alteração do Plano Diretor Municipal.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 9/13, de 13/02, do
DPGQU/DPOT, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU vota a favor deste
relatório, não obstante as suas reservas e mesmo oposição declarada em voto,
aquando do início da abertura do processo de discussão pública referente à 1ª
alteração do Plano Diretor Municipal.-----
Tomou a palavra o Urbº Ricardo Ramalho, mencionando que do período de
discussão pública da 1ª alteração resultou uma participação da freguesia de
Vialonga, junto à Quinta do Serpa, e percebeu-se que era uma situação que, na
realidade, já devia ter sido resolvida aquando da revisão do PDM, por
desconhecimento dos serviços. O proprietário também não participou na altura na
discussão pública da revisão do PDM, e por isso o problema nunca foi resolvido.-----
Trata-se de uma indústria que existe há 40 anos, com um processo de
regularização em curso há bastante tempo, com imensos pareceres de entidades,
que nunca foi resolvido, sendo que com a revisão do PDM bloqueou-se
completamente essa hipótese, porque a classificação que se atribuiu à propriedade



Fl. Ata 101

Deliberação nº

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 062

Reunião de 2013/02/20

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS




1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALVES REDOL – FASE 3 – TROÇO ENTRE A RUA ALMEIDA GARRETT E A AV. PEDRO VICTOR – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 199/13, de 11/02, do DOVSM/DGE, para aprovação do projeto, das peças e da abertura do procedimento de concurso público, com o preço base de 169 000,00€, acrescido de IVA, e o prazo de execução de 75 dias, referente à empreitada da requalificação da rua Alves Redol – Fase 3 – Troço entre a rua Almeida Garrett e a av. Pedro Victor, em Vila Franca de Xira, bem como do respetivo júri. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 199/13, de 11/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que de acordo com aquilo que tinha sido acordado na última reunião, em que o ponto foi retirado, volta agora sem a indicação do corredor BUS, que foi o compromisso. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando que os membros da CDU tinham dito, mais do que uma vez, que esta vai ser a primeira vez que se vai discutir, de facto, a requalificação da rua Alves Redol, e por isso algumas perguntas podem parecer um bocado extemporâneas, mas é este o momento preciso para as poder fazer. -----
Em primeiro lugar, por que é que foi faseada a obra? -----
Depois, por que é que se vai parar a requalificação em frente à câmara municipal, quando a ideia que têm é que esta obra deveria parar em frente ao cemitério? Sabe que não se chama Alves Redol, mas a mesma via é aquela que serve quem



entra em Vila Franca de Xira para sair de Vila Franca de Xira. Como a requalificação não deve ser de uma rua, mas sim de uma via de trânsito, e a via de trânsito entra no início de Vila Franca de Xira e sai no cemitério, como aquilo que lhes parece que está em pior estado de conservação é exatamente a parte que vai dos Correios até ao cemitério, pensavam que essa via de trânsito, independente de já não se chamar Alves Redol, deveria ter entrado nesta requalificação, e questionam por que é que não entrou.-----

A terceira questão é: enquanto decorre de facto esta requalificação, vão desaparecer as marcações da faixa BUS, para que a polícia não tenha intervenção sobre as pessoas que a possam usar? -----

O problema não é se há multas, é que não há uso, e na faixa BUS não há uso de mais ninguém exatamente porque está lá a faixa BUS. É a verdade, passa por lá todos os dias, e não vê nenhum particular usar a faixa BUS. Em frente à farmácia não há faixa BUS, não está marcada no chão, sendo que está a falar da faixa BUS que está marcada no chão, entre o início da Alves Redol e o monumento do Alves Redol.-----

Esta faixa não é usada por nenhum particular, e porquê? Aquilo que diz é que a faixa BUS deve desaparecer, para que possa ser usada pelos particulares enquanto decorre toda a realização desta intervenção. -----

Uma quarta questão é relativa à última fase, que é esta terceira fase, em que, dadas as dificuldades de estacionamento que se está a ver que existem, era tentar diminuir os lugares de estacionamento não disponíveis enquanto a intervenção se fizesse. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que se tem tido esta discussão inúmeras vezes, e até se pode considerar que este assunto não se fecha.-----

A obra foi dividida em várias fases, porque está-se a falar da via principal de Vila Franca de Xira, e de uma via que, em determinados momentos, dois momentos do ano, um durante alguns dias, e outro durante uma semana inteira, é reversível. Como tal, não se pode começar uma intervenção e terminá-la numa única fase. É isto que acontece, porque então não haveria resposta para o Colete Encarnado, não haveria resposta para a Feira de Outubro, e é essa a razão do faseamento.-----

Estar agora a reequacionar a entrada norte da cidade até à Sacadura Cabral



parece o máximo, porque toda a gente reconhece que aquilo ficou fantástico, só que a faixa BUS tem uma utilização reduzida. A questão do estacionamento ali não se coloca, e já viu em vários momentos carros ligeiros, que vão com maior urgência, utilizar a faixa BUS. É possível que não seja usada sempre, porque está lá a dizer BUS, mas já viu.-----

Aquilo que se combinou, e pode-se descombinar, embora isso pareça um pouco estranho, foram duas coisas, razão pela qual, inclusivamente, este ponto foi retirado na última reunião, e voltou hoje com uma ligeira correção. Primeiro, ia-se desenvolver o estudo de tráfego, que não estava contemplado no orçamento de 2012, e foi necessário introduzi-lo na alteração que hoje foi aprovada, e, entretanto, desenvolvia-se outra fase da obra. Tem que se ter atenção em relação aos tempos, porque é uma obra em que intervêm os serviços municipalizados, no subsolo, e que intervêm a câmara municipal, à superfície.-----

Desta forma é necessário que uma das obras esteja feita até à semana antes do Colete Encarnado, que a outra comece imediatamente a seguir ao Colete Encarnado, e esteja pronta na semana antes da Feira de Outubro, percebendo-se que há sempre constrangimentos em relação ao desenrolar das obras nesta via. ----

Chamou-se requalificação da Alves Redol, mas há de aparecer outra obra, que se chama requalificação da rua Luís de Camões, porque é para ir entroncar com aquilo que foi o princípio ou o fim da intervenção que abrangeu a Primeiro de Dezembro e a Serpa Pinto. Portanto, há de ser para ligar ao fim, ao pé do cemitério, e é isto que vai acontecer.-----

O Sr. Vereador Bernardino Lima tomou a palavra, mencionando que os membros da CDU vão-se abster relativamente a este ponto.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo continuam a ter algumas dúvidas.-----

Está-se na fase 3, e gostaria de saber se são 3 projetos, ao que a Srª Presidente respondeu que é um projeto único com 3 fases.-----

Prosseguiu a Srª Vereadora, questionando se se podem repartir estas despesas das 3 fases.-----

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que uma das razões é a das intervenções dos SMAS. Do quadro do planeamento das intervenções dos SMAS entendeu-se



aproveitar para fazer a requalificação da Alves Redol, e portanto esta separação ou estes troços diferenciados, autonomizados em termos de obras, tiveram a ver também por estas razões, bem com as que a Srª Presidente referiu, das questões logísticas, que se não fosse feito assim era o caos total, e não era possível a circulação. Mesmo assim, sabe-se as dificuldades que existem.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que isso tem a ver com a execução, e não colocam em causa essa situação, porque compreendem e é fácil de compreender.-----

Agora, o que lhes causa alguma confusão é que para já são 3 fases, porque hão de ser 4, faltando uma, são empresas diferentes a fazer este tipo de obras, e questiona se isso não cria alguns constrangimentos.-----

Tomou a palavra a Engª Rosário Ferrão, dizendo que não traz constrangimentos face ao Código dos Contratos Públicos, uma vez que não se está a fazer compartimentação de custos, sendo as obras feitas em anos diferentes.-----

Se fosse no mesmo ano, não se podiam fazer as duas fases, ou seja, não se podiam fazer duas fases no mesmo ano, mas ao fim de um ano pode-se fazer outra fase, e desde que sejam concursos públicos, então pode-se mesmo fazer.-----

Não há pois problema com o Código, e pensa que é a isso a que a Srª Vereadora se refere. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora, mencionando que é uma obra única, só que está dividida em fases de execução, ao que a Engª Rosário Ferrão esclareceu que não é uma única obra.-----

Disse ainda a Engª Rosário Ferrão que são 3 obras. Quanto à primeira, da rua António Lúcio Baptista à rua Sacadura Cabral, veio a reunião de câmara a abertura de um concurso público e aprovação do projeto. Na segunda fase, que vem entre a rua Sacadura Cabral e a rua Almeida Garrett, o valor de preço máximo estava dentro das competências da Srª Presidente, foi aprovado o procedimento, e fez-se a obra.-----

Neste momento o valor de preço máximo está fora das competências da Srª Presidente, é competência da câmara municipal, e vem a reunião de câmara para abertura do procedimento, pelo que não há nenhuma irregularidade. -----

Continuou a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que foi retirada a



demarcação da faixa BUS, mas continua sem perceber como é que vai ser dimensionada a via, em termos daquilo que vai acontecer.-----

Há estacionamento? Não há estacionamento? É só uma faixa? O que é que vai suceder nesta situação?-----

Respondeu a Srª Presidente que o que se acordou foi que se ia fazer um estudo de tráfego, que deveria estar concluído e analisado antes de a obra terminar, de modo a decidir-se isso mesmo que a Srª Vereadora colocou, já que se remeteu para esse estudo a decisão em relação à existência ou não de um corredor BUS, ou da permanência do estacionamento, e esse estudo veio à reunião de câmara. -----

Enquanto for possível utilizar o espaço, é como está hoje, com estacionamento, e é isso que acontece, aliás, da mesma forma que está lá marcado BUS, e está-se a estacionar lá.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo então que a terceira fase vai ser utilizada provisoriamente, tal e qual como está hoje.-----

A Srª Presidente tomou a palavra, mencionando que se a decisão face ao estudo de tráfego for de implantar o corredor BUS, nesse caso fazem-se as alterações necessárias para o efeito, senão raspa-se, e retira-se o BUS que lá está escrito. -----

A Srª Vereadora interveio novamente, para dizer que tem outra dúvida, que não ficou devidamente esclarecida na última reunião, a situação dos pavimentos, e esteve até a pesquisar na internet.-----

Diz a Engª Rosário Ferrão que não há qualquer diferença se vai ser uma faixa BUS ou uma faixa somente para ligeiros, mas esteve a ver e, de facto, há diferenças na profundidade das camadas, o que tem a ver com a frequência de veículos de dimensão maior, que são os pesados, os autocarros de transporte de passageiros, e não está a falar nas ambulâncias, porque devem ser mais ou menos como os ligeiros.-----

Não se sabendo ainda se vai ser feita a faixa BUS ou não, consegue-se executar a obra, e depois simplesmente marcá-la?-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que percebe a dúvida, mas às vezes parece que é quando se tem uma doença, em que se lê um manual qualquer e arranja-se a pior doença do mundo. Lembra que até há uns anos atrás cerca de 600 viaturas pesadas atravessavam Vila Franca de Xira e não havia nenhum



tratamento diferenciado para os pisos, tendo até presente, e estava longe de sonhar com o lugar que hoje tem, aquilo que aconteceu na rua do Curado, num dia em que se fez uma intervenção, em que passada uma semana tudo aquilo tinha abatido, e foi um colapso monumental.-----

Este é um problema eminentemente técnico, e solicita a Engª Rosário Ferrão para a resposta.-----

Respondeu a Engª Rosário Ferrão que a estrutura daquele pavimento está calculada para a carga máxima, atendendo a que é uma via reversível, e que na altura em que está como via reversível tem de aguentar a carga máxima. Por isso, ela está calculada para a carga máxima em toda a estrutura do pavimento.-----

O pavimento não tem uma estrutura num lado, e outra estrutura do outro, sendo que em toda a largura da faixa de rodagem a estrutura é a mesma, exatamente por isso.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que independentemente daquilo que vier a ser o futuro daquela rua há momentos em que tem de suportar cargas diferenciadas. --

Neste caso, pergunta à Coligação Novo Rumo qual é o sentido de voto, ao que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus respondeu que é o de abstenção.-----

A Srª Presidente interveio novamente, dizendo então que este ponto é aprovado com os votos favoráveis do Partido Socialista, e a abstenção da Coligação Novo Rumo e da CDU.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO DE LEVANTE DA PÓVOA E ESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DA ENVOLVENTE – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 205/13, de 13/02, do DOVSM/DGE, para aprovação do projeto, das peças e da abertura do procedimento de concurso público, com o preço base de 1 185 000,00€, acrescido de IVA, e o prazo de execução de 150 dias, referente à empreitada de requalificação do mercado de levante da Póvoa e estruturação urbanística da envolvente, na Póvoa de Santa Iria, bem como do respetivo júri. -----

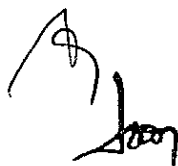
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 205/13, de 13/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o sentido de voto da CDU é contra, pelos motivos que estão subjacentes à operação imobiliária. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



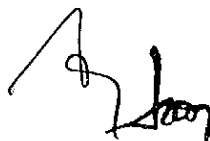
1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 194/13, de 08/02, do DOVSM/DGE, para ratificação do despacho que aprovou o projeto, as peças de procedimento e a abertura do procedimento de concurso público urgente, com o preço base de 945 000,00€, acrescido de IVA, e o prazo de execução de 120 dias, referente à empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 194/13, de 08/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação, referindo que hoje é trazida a passagem superior pedonal, e que está confirmada a concordância dos moradores do prédio mais próximo do edifício. -----
Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, dizendo que tem uma dúvida, e precisa de uma explicação. O concurso vai decorrer, a execução da obra será de 120 dias, mas diz-se, mais à frente, que terá de terminar até 15 de maio, de hoje a 84 dias. Na pior das hipóteses será até 15 de julho, que são 124 dias a partir de hoje. -----
Assim, considerando, e sabendo todos, pela experiência que já viveram, que os prazos, na maior parte das vezes, não são cumpridos, ou porque os funcionários entram de férias, porque está a chover, ou qualquer coisa, a verdade é que acaba por ser um bocado complicado, e não lhe parece que esta obra se consiga executar até ao dia 15 de julho, considerando os 120 dias, bem como o tempo que irá decorrer, apesar de ser uma abertura de concurso urgente. -----
Assim, 144 dias, se calhar, será muito pouco, e o prazo poderá não ser cumprido. No caso de não ser cumprido até ao dia 15 de julho, o que é que advém desta situação? -----



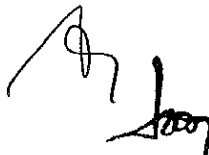
Depois, sobre esta passagem superior para peões no Forte da Casa, gostaria, não tendo presente como é que o projeto vai ser executado, e o tipo de passagem, de alertar para a situação que se vive hoje com a passagem pedonal da Malva Rosa, uma questão de segurança, e dos assaltos. Tendo em consideração que é uma passagem pedonal enorme, fora de zona urbana, e que mesmo assim já há assaltos, questiona se as coisas irão ser feitas de modo a que, pelo menos, se minimize esta situação, o que não quer dizer que elimine de vez.-----

Respondeu a Srª Presidente que vai passar a palavra ao Urbª Luís Matas de Sousa, dizendo ainda que esta última questão foi amplamente discutida quando da apresentação do projeto. Houve oportunidade de visitar uma passagem em tudo idêntica àquela que vai ser construída no Forte da Casa, que tem condições de segurança, quer pela sua largura, quer também por aquilo que é o guarda corpos.-- Quanto às outras questões do prazo, solicita a intervenção do urbanista, para explicar.-----

Interveio o Urbª Luís Matas de Sousa, reforçando que também decorrente da discussão de análise do projeto, em fase de estudo prévio, que houve na câmara municipal, foi igualmente reforçada a segurança da passagem com a instalação de um amplo sistema de videovigilância, que vai cobrir, não só as entradas e saídas através dos elevadores e escadas, mas todo o corredor da própria passagem. -----

Relativamente aos prazos, efetivamente o prazo máximo que se tem para cumprir neste momento é a data de 15 de julho de 2013, e por isso é que o concurso público, como o Sr. Vereador, e muito bem, referiu, é um concurso público urgente. Não se pode neste momento, obviamente fazer qualquer tipo de previsão, e não há nenhum dado que a obra possa correr mal. Pensa-se que é um bom projeto, um projeto de execução bem feito, teve os pareceres favoráveis das entidades que tinha de ter, e parece que efetivamente é um esforço, mas que terá de ser cumprido. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que esta preocupação foi a mesma que teve quando leu a documentação, sendo que há muito pouco tempo houve um caso muito idêntico, crê que em Alhandra, de uma obra em que foi possível fazer uma adenda, que deu mais uns meses para a realização final, pois também se perdiam os valores do QREN. Para se cumprir os 120 dias tem que



começar, no máximo, no dia 15 de março, não pode atrasar um dia, o que é difícil. Sabe-se que é, pelo que se não houver a possibilidade de uma adenda qualquer que venha dar mais uns dias, é extraordinariamente difícil acabar em 15 de julho, mas garantidamente tem de haver uma solução.-----

Respondeu a Srª Presidente que a obra tem um valor que é superior ao valor que foi considerado elegível pela comissão, pelo que resulta ali um remanescente que se poderá considerar que seja a parte final a ser faturada. Já não tinha comparticipação, pelo que não a perde. -----

O que a câmara municipal tem de tentar agilizar é isto, e neste momento, pelos mecanismos que existem, não perde totalmente a comparticipação, dependendo daquilo que for a percentagem que tenha executada da obra, e reduzirá de 65% para 50% na parte que estiver para além do prazo. Ainda ontem houve uma reunião, e esteve-se a tratar desse assunto. -----

De qualquer maneira ainda pode haver alguma flexibilidade, que se está a tentar todos os dias, e é o que acontece. -----

Interveio o Urbª Luís Matas de Sousa, referindo que resultante da reunião de ontem, esta questão, mesmo ao nível do POR Lisboa, não está fechada, porque ainda não aconteceu nenhum caso em que um prazo de execução de candidatura ultrapasse os 3 anos, pois só agora é que também a maior parte das candidaturas começa a encerrar. -----

Assim, não há nenhuma decisão tomada, e pode haver a possibilidade do aditamento.-----

A Srª Presidente interveio novamente, dando nota que das reuniões havidas com os moradores resultou que os moradores pediram a desativação, que já estava prevista, da atual passagem superior pedonal, e pediram também um painel opaco, na parte que fica mais junto ao prédio. A demolição já estava prevista, e a outra coisa será contemplada. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO URBANO DE ANIMAÇÃO – BAIRRO NASCENTE DO CABO - VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 166/13, de 01/02, do DOVSM/DGE, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação da caução, no valor total de 12 788,43€, da obra da construção do centro urbano de animação no Bairro Nascente do Cabo, em Vialonga, adjudicada à Paulo & Filhos, Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 166/13, de 01/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU sabem que este espaço foi utilizado durante algum tempo pela Casa do Povo de Vialonga, e que depois esteve um tempo encerrado. Há relativamente pouco tempo, porque houve vontade por parte da comissão dos moradores em reaver o espaço para si, a Casa do Povo voltou a utilizá-lo, e desenvolve ali agora o ATL.-----
Gostariam de perceber se a utilização vai ser continuada no tempo, porque o espaço esteve fechado durante algum período, e gastando-se dinheiro como se gastou neste edifício, parece não ser correto que esteja fechado e não esteja ao serviço da população. -----
Respondeu a Srª Presidente que concorda, e que é um assunto que tem estado a ser acompanhado pelo Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, pensando que rapidamente haverá, até em articulação com a junta de freguesia, alguma ocupação. -----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PER DO BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA – RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 198/13, de 11/02, do DOVSM/DGE, para aprovação do auto de receção definitiva e a liberação da caução, no valor total de 177 027,90€, da empreitada do PER do Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, adjudicada ao consórcio Paulo & Filhos, Lda/Costa & Carvalho, Lda. -----


3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 198/13, de 11/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DE CAPELAS MORTUÁRIAS – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 183/13, de 07/02, do DOVSM/DGE, para aprovação da conta final, do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação da caução, no valor total de 19 609,36€, da obra de execução de capelas mortuárias, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Paulo & Filhos, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 183/13, de 07/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não tem presente, mas foram uns largos milhares de euros que este município comparticipou para a construção desta igreja. -----
Respondeu a Srª Presidente que foram 20 mil contos. -----
Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que é dinheiro, são 100 000,00€, e o município comparticipou, no âmbito do programa de apoio para esse efeito, que tinha como pressuposto a utilização de uma parte desse equipamento para capela mortuária. -----
Recorda a polémica, que é mesmo uma polémica, sobre essa matéria, e gostaria de perguntar, em primeiro lugar, se a câmara municipal desiste e abdica de utilizar mais frequentemente, direta ou por seu intermédio, facultando a outras entidades, as instalações da Igreja dos Pastorinhos, uma vez que esse era o compromisso quando se deliberou pelo seu subsídio. -----
Por outro lado, se esta questão da proximidade com as escolas, se se retomar a



ideia de instalação das capelas mortuárias, não deve ser uma questão vista hoje com outro distanciamento e olhar crítico. A questão tem vindo a ser muito abordada enquanto tema, pelas comunidades educativas, e há uma questão psicológica que é absolutamente superável, que o convívio das pessoas com a morte, sejam de que idade forem, terá de ser um convívio civilizacional, natural e mesmo cultural. -----

Assim, não querendo encerrar qualquer tipo de polémica, e muito menos “pegar” naquilo que não tem que ser “pegado”, ou justificado como argumento, os membros da CDU consideram que está ali um investimento de bastante envergadura financeira, que poderia e deveria ter um proveito mais sentido por parte da comunidade, que através dos seus impostos, por via da câmara municipal, que deliberou um subsídio, deveria fazer um uso diferente daquela que é a possibilidade de utilização daquele equipamento. -----

Portanto, têm o entendimento que esta questão da proximidade com as escolas não tem de ser um argumento nos tempos que correm, mas gostariam de ouvir a opinião sobre esta matéria. -----

Respondeu a Srª Presidente que não pode estar mais de acordo com a posição da CDU, transmitida pelo Sr. Vereador Nuno Libório. Está absolutamente de acordo e, aliás, na altura resistiu até ao limite do possível em relação a este assunto, porque pensa exatamente como o Sr. Vereador transmitiu, e se calhar vale a pena retomar esta negociação, falando com a igreja, desde logo, ou, então, decidir dar um uso definitivo àquele espaço, que não passe por aquele que ele tem hoje. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que independentemente dos credos e confissões, quando se utilizam as capelas têm que se pagar. Será justo? Não será justo? É ou não um valor aceitável? Tudo isto é muito relativo, e se calhar também se deveria discutir isso, porque se se assumiu um serviço público que deveria ser ali assegurado, mas tem de ser assegurado noutra local por uma manifesta incapacidade de compreensão deste fenómeno, tem que se perceber se não se deveria avaliar esta situação. -----

Se não for para capelas mortuárias, que entendem que poderiam ser ali perfeitamente, e não os indignava ou perturbava de maneira nenhuma que as capelas mortuárias pudessem ser instaladas na paróquia, na Igreja dos



Pastorinhos, que, no mínimo, haja a possibilidade de utilização daquele equipamento, pois de outra maneira quem quiser utilizá-lo tem de pagar e, por aquilo que sabem, paga um valor, de acordo com o que está estabelecido por esta igreja.-----

É um valor que se pode justificar ou não, e tem a ideia que é um pouco superior aos 20 mil contos, não tendo ideia que seja só isso, mas, então, e o arranjo urbanístico que se fez naquela envolvente? Naturalmente que veio qualificar toda aquela área, mas veio beneficiar ou não, por exemplo, as entradas para as boxes, que estão todas rentabilizadas comercialmente nos pisos inferiores à Igreja dos Pastorinhos?-----

Há uma lógica comercial subjacente, deve-se encarar as coisas como têm de ser vistas, sejam eles quem forem, pelo que é em nome da defesa dos interesses dos munícipes que estão a querer colocar estas questões, mas saúdam a disponibilidade da Srª Presidente para retomar, pelo menos, este debate.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl.-Ata 078

Reunião de 2013/02/20

Procº 109/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 183

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – NÚCLEO MUSEOLÓGICO - A PÓVOA E O RIO – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 197/13, de 08/02, do DOVSM/DGE, para ratificação do despacho que aprovou parcialmente o plano de segurança e saúde, bem como a nomeação da Engª Cristina Monteiro para a função de coordenadora de segurança em obra da empreitada de requalificação urbana da frente ribeirinha da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira – Núcleo Museológico “A Póvoa e o Rio”, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECI, Arquitectura Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 197/13, de 08/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 079

Reunião de 2013/02/20

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 080

Reunião de 2013/02/20

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____ 184

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Portaria n.^o 50/2013, de 5 de fevereiro, I série, que define os parâmetros para o reconhecimento da natureza profissional das competições desportivas e os consequentes pressupostos de participação nas mesmas; -----

Lei n.^o 15/2013, 8 de fevereiro, I série, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.^o 92/2010, de 26 de julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.^o 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno; -----

Lei n.^o 16/2013, de 8 de fevereiro, I série, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.^o 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina; -----

Declaração de Retificação n.^o 7/2013, de 13 de fevereiro, I série, que retifica o Decreto-Lei n.^o 14/2013, de 28 de janeiro, do Ministério das Finanças, que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.^o 64-B/2011, de 30 de dezembro, procede à sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal e revoga o Decreto-Lei n.^o 463/79, de 30 de novembro, publicado no Diário da República n.^o 19, I série, de 28 de janeiro de 2013; -----

Portaria n.^o 65-A/2013, de 13 de fevereiro, I série, primeira alteração à Portaria n.^o 229/2012, de 3 de agosto que cria a medida de Apoio à Contratação via Reembolso da Taxa Social Única; -----

Portaria n.^o 65-B/2013, de 13 de fevereiro, I série, primeira alteração à Portaria n.^o 225-A/2012, de 31 de julho, que regula as Medidas Passaporte Emprego, Passaporte Emprego Economia Social, Passaporte Emprego Agricultura e Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que na legislação síntese consta a Lei n.^o 16/2013, de 8 de fevereiro, que procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.^o 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina. Não sabe o que é, nunca ouviu falar, e por isso gostaria de ser esclarecido. - Respondeu o Dr. Fernando Barreiros que julga que terá a ver com os genéricos, e



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº _____

Tomado conhecimento.-----



1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – ARMANDO MANUEL FIGUEIREDO CORDEIRO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 32/13, de 14/02, do DAG/Notariado, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão da fração “A”, correspondente à c/v dtª, sita na rua Augusto Toscano Batalha, nº 1, Bairro da Chepsi, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 30 000,00€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 32/13, de 14/02, do DAG/Notariado, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro --

Fl. Ata 083

Reunião de 2013/02/20

Procº --

Deliberação nº 186

1. Assunto: OCUPAÇÃO DO LUGAR 053-B DO MERCADO ABASTECEDOR DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – DECLARAÇÃO EM FALHAS DE QUANTIA EM DÍVIDA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 45/13, de 07/02, do DAG/SAD, para aprovação da declaração em falhas da quantia em dívida, no valor de 933,06€, referente à ocupação do lugar 053-B do mercado abastecedor do concelho de Vila Franca de Xira, em nome de Maria de Fátima Vieira Alves Luís. -

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 45/13, de 07/02, do DAG/SAD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, questionando de que situação advém esta dívida da Srª Maria de Fátima. -----
Esclareceu a Srª Presidente que tem a ver com a banca no mercado.-----
Prosseguiu a Srª Vereadora, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estiveram a ver o auto de diligência, que foi assinado por 2 testemunhas e elaborado por uma técnica, e uma das dúvidas que tinham é se a banca já está com outra pessoa, e se a dívida parou aqui.-----
Depois, diz-se, no artº 236º do Código do Procedimento do Processo Tributário, que se ao executado não forem encontrados bens penhoráveis, lavrar-se-á auto de diligência, com 2 testemunhas, devendo uma delas, sempre que possível, ser o presidente da junta de freguesia. -----
Interrompeu a Srª Presidente, esclarecendo que é nos casos em que o mercado não seja municipal, como é o caso de Vila Franca de Xira. -----
Prosseguiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que julga que é para



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 084

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

atestar mesmo que a pessoa não tem bens. -----

Verificou-se que a pessoa não vive no concelho, e não sabem os membros da Coligação Novo Rumo que tipo de conhecimento é que se tem, porque efetivamente a senhora tem uma residência, que em princípio não estará em nome dela, pois senão teria sido detetado, mas não sabem se tem outros rendimentos, e se isso tudo foi verificado. -----

Esclareceu a Sr. Presidente que conhece a situação, não propriamente referente a esta dívida atual, sendo que quando se remodelou o mercado foi a câmara municipal, inclusivamente, que ajudou a senhora a poder apetrechar o mercado daquilo que eram as exigências da autarquia. Facilitou os pagamentos e tudo o mais, porque a senhora não tinha condições. Tem problemas de ordem familiar graves, que se repercutem no negócio, e ultimamente já vinha a dar sinais claros de que não poderia manter a banca a funcionar. -----

Foi assim que terminou, e a banca já está ocupada neste momento. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão esclarecidos, e votam a favor. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 086

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº 187

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----23 462 366,64€
Dotações não Orçamentais----- 2 063 933,88€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 3 839 776,35€
Dotações não Orçamentais----- 315 348,16€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro -----

Fl. Ata ----- 087

Reunião de 2013/02/20

Procº -----

Deliberação nº ----- 188

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão de Contabilidade para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente, pelo Sr. Vereador Vale Antunes e pelo Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, no período compreendido entre 2013/02/01 e 14/02/2013, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A *h*

Fl. Livro _____

Ft. Ata 088

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº 189

1. Assunto: PROCEDIMENTOS DE ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS FIXOS DE CAIXA PARA TROCOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 69/13, de 13/02, do DAF/DC, para aprovação dos procedimentos de atribuição de fundos fixos de caixa para trocos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 69/13, de 13/02, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO – MINUTA DO CONTRATO

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 42/13, de 14/02, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da minuta do contrato de prestação de serviços para contratação de seguros para o município, adjudicada à Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA, pelo valor de 648 893,49€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 42/13, de 14/02, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo não têm nada contra, sabem que esta prestação de serviços foi posta a concurso, até internacional, mas o que é esquisito é aparecer só um concorrente, e têm pena que isso tenha acontecido, não sabendo até que ponto é que houve uma divulgação importante. -----
Respondeu a Srª Presidente que foi divulgado no Jornal das Comunidades, estando a divulgação devidamente estabelecida. -----
Prosseguiu o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que não põem em causa o procedimento, o que lamentam é que tenha havido só um concorrente. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 090

Reunião de 2013/02/20

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE



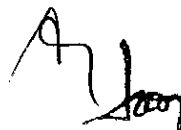
1. Assunto: HORTAS BIOLÓGICAS URBANAS DA QUINTA MUNICIPAL DA PIEDADE
PROTOCOLO COM A AGROBIO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 17/13, de 08/01, do DQAS/DQMEL, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Associação Nacional de Agricultura Biológica – Agrobio, de colaboração no âmbito da promoção e divulgação da agricultura biológica no concelho de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 17/13, de 08/01, do DQAS/DQMEL, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que no protocolo há uma cláusula com a qual os membros da CDU não concordam, porque pode até prejudicar o município.-----
Assim, a alínea c) da 3ª cláusula diz que “o município obriga-se a não realizar, no concelho de Vila Franca de Xira, atividades para os mesmos fins, ou que se possam confundir com estes, sem o acordo da Agrobio”, e parece-lhes que a Agrobio não pode ter este peso, não pode restringir o município de Vila Franca de Xira de fazer aquilo que seja, porque ainda manda a câmara municipal, no município e nas suas atividades. -----
Desta forma, não lhes parece razoável que a Agrobio tenha capacidades para impedir que se façam atividades do âmbito da agricultura biológica, no concelho, sem que dê o seu aval, e deve haver uma reflexão sobre esta questão. -----
Depois, lembra que a CDU, no início do ano de 2011, trouxe uma proposta à câmara municipal sobre as hortas de cariz urbano e social, que na altura a Srª



Presidente disse não ter sido colocada à votação, mas que havia uma aprovação unânime no que respeita a esta proposta, e o certo é que já passaram 2 anos, e daquilo que sabem as hortas estão restringidas ao espaço da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria. -----

Sabem que houve algumas auscultações às juntas de freguesia, que não passaram disso, e entendem que, atendendo ao momento de crise em que se vive, e porque também começa a ser uma prática comum noutros municípios, a câmara municipal deve incentivar e levar à prática esta proposta, que já tem 2 anos, e que foi apresentada pela CDU e aprovada por unanimidade. -----

Em relação às hortas sociais, e no que respeita à freguesia de Alverca, houve uma proposta no bairro da Ama, onde existiam algumas hortas reguladas, e segundo informações dadas pela junta de freguesia foram demolidas, para passarem a ser controladas como hortas sociais. -----

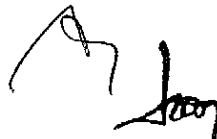
Há mais de 1 ano que existe no painel informativo uma informação que não passou disso mesmo. Em 2012 este assunto das hortas foi abordado numa das assembleias de freguesia de Alverca, e o que o Sr. Presidente da junta diz sempre é que o assunto está a ser tratado, em conjunto com os serviços responsáveis na câmara municipal. -----

Também em junho de 2012 foi aprovada, pela assembleia de freguesia de Alverca, uma moção pela criação de hortas sociais, mas aquilo que sabem é que em relação a estas hortas ainda não é possível a candidatura, uma vez que, segundo a junta de freguesia, a câmara municipal está ainda a analisar o processo. -----

Perante estas respostas, o que se continua a verificar no terreno é que não existe nada, e os membros da CDU gostariam de perceber em que ponto de situação está a questão das hortas, porque não lhes parece que estejam no bom caminho. -----

Quanto ao protocolo, volta a referir que não lhes parece correta esta cláusula da alínea c). -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que crê que se poderia, no que não vê nenhum problema, retirar essa alínea c), passando a d) a c), e depois far-se-á a adaptação, e falará com a Agrobio, como é evidente, articulando-se as coisas de maneira a não criar uma concorrência esquisita, que as pessoas nem saibam aonde é que se estão a inscrever. Assim, sugere que se aprove, sem



esta alínea c) da 3ª cláusula. -----

Se depois houver alguma questão, trá-la-á a reunião, mas em princípio não haverá nenhum tipo de problema, porque o fundamental neste protocolo é que a Agrobio passará a dar o apoio técnico que hoje já dá aos hortelãos, mas que a câmara municipal cofinanciava com uma verba de cerca de 6 000,00€, e deixa de pagar, uma vez que a Agrobio passa também a realizar atividades abertas à comunidade em geral, a partir das instalações municipais, em princípio na Quinta da Piedade, e com carácter mais regular. -----

Sugere que se retire mesmo a alínea c) desta cláusula, e depois verá com a Agrobio.-----

Relativamente às hortas urbanas, mais propriamente, já houve uma primeira abordagem com um primeiro desenho relativamente à instalação de hortas urbanas na Quinta das Índias, em Vialonga, e ficou-se de fazer alguns acertos naquele projeto inicial, sendo que por acaso ainda ontem se esteve a olhar para eles. Ir-se-á a Vialonga brevemente, também com o Sr. Presidente da junta, ver a implantação desses espaços, mas a perspetiva é que, inicialmente, tendo em conta o estudo que havia, era para a criação de cerca de 20, e neste momento conseguiram-se organizar as coisas e aproveitar até um outro terreno, no sentido de criar crê que 59. -----

Conseguiu-se uma perspetiva, em Vialonga, especificamente naquela zona, e crê que é um processo que durante este semestre é capaz de vir a reunião para se decidir, relativamente à implantação, e em termos das regras que sejam utilizadas. Elas não serão, tal como as do bairro da Ama, obrigatoriamente de agricultura biológica, uma vez que não faz sentido estar a aplicar esse tipo de agricultura em todo o concelho, de uma forma generalizada, e portanto será de agricultura tradicional, por assim dizer, crendo então que durante o primeiro semestre haverá condições de trazer isso a reunião. -----

Relativamente às hortas do bairro da Ama, em Alverca, ajudou-se na intervenção e estruturação do terreno, e neste momento há a zona de circulação, que se entendeu que devia ter um piso diferente, estando-se a avaliar a possibilidade de se colocarem lá os resíduos de pó, para criar uma passagem mais consistente entre as diversas hortas. Deu-se também uma colaboração à junta de freguesia, na



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 094

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

determinação das regras de funcionamento, de qualquer das maneiras há ali alguma particularidade, porque o terreno não é municipal, e já era ocupado pelas pessoas da Ama, que é um processo parecido com aqueles processos antigos do sal, e há ali algumas subtilezas jurídicas que ainda se estão a burilar, mas crê que também se consegue com certeza resolver nos próximos meses. -----

Esperava, num lado e noutro, que se pudessem estar a lançar esses concursos durante este ano, para as pessoas poderem aceder às suas hortas de uma forma organizada, com vantagens até para o conjunto do município. -----

Acrescenta que já veio à reunião de câmara, e foi aprovada, no âmbito do ecoparque da Póvoa de Santa Iria, uma das grandes intervenções de arranjo do espaço público, que passa pela instalação de hortas urbanas. Portanto, isso também já foi presente, e crê que neste momento o concurso está a decorrer para a construção de hortas urbanas também na Póvoa de Santa Iria. -----

Na altura em que trazer, ou as da Quinta das Índias, ou as da Ama, trará depois a contabilização destas coisas todas, tal como o número de hortelãos no concelho, porque, de facto, é um movimento de pensar a cidade de outra forma, que se está nesta altura a levar a cabo. -----

No que toca a este protocolo, retira-se a alínea c), e se houver alguma questão voltará a trazê-lo. -----

Interveio a Srª Vereadora Conceição Santos, para acrescentar que foi recentemente aprovado o contrato local de desenvolvimento social, que prevê um conjunto de projetos para áreas de intervenção prioritária, como Vialonga e Arcena, e um dos projetos que se está também a articular com o Departamento de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade é a instalação de hortas sociais. -----

Tem-se verificado um pouco pelo concelho a proliferação de espaços exatamente porque, sob o ponto de vista social, as pessoas sentem uma necessidade de complementar os seus meios de subsistência através das hortas e, desta forma, este contrato prevê o desenvolvimento de hortas sociais. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira falou só na Quinta das Índias, e crê que em maio de 2012, quando os técnicos da câmara municipal se deslocaram à freguesia, foram sugeridos, por parte do executivo da junta, alguns espaços que também têm

características importantes, e um deles é um terreno que foi cedido em direito de superfície para a construção do centro integrado de idosos, junto ao tanque do Parque Urbano da Flamengo, junto à estrada, em frente onde será o quartel dos bombeiros, quando existir. Tendo em conta a falta de verbas disponíveis para a construção do mesmo, seria interessante revitalizar o espaço, porque está ali o centro de dia da ABEIV, as crianças, e o espaço está devoluto, cheio de lixo, e utilizado para colocar restos de corte de vegetação, permitindo também às próprias crianças da instituição o contacto com as atividades agrícolas. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que considera esta sugestão muito boa, e sugere ao Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira que officie o ABEIV, no sentido de verificar a disponibilidade para se aproveitar aquele espaço. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que se está a falar da Quinta das Índias, e pode-se falar de outras urbanizações que hoje ainda não se conseguiram resolver no que respeita às zonas verdes, pelo que se podem transformar alguns terrenos também em hortas. -----

Gostaria que o Arqtº Nuno Santos tomasse em atenção um aspeto que pensa que não tem problema, mas como é uma situação nova, é preciso encará-la e enquadrá-la, ou seja, as urbanizações e aqueles loteamentos foram, em algumas zonas, previstos para um determinado fim, que são zonas verdes, e hoje estão-se a transformar numa situação ligeiramente diferente. -----

Assim, é preciso que também todos tenham isso em mente, e estarem de acordo, porque levado até às últimas consequências, tinha que se fazer uma alteração ao loteamento, uma vez que o objeto inicial altera-se ligeiramente. -----

Contudo, como a alteração é ligeira, acha que se poderia estar de acordo, no que respeita ao organizar do espaço, e é esta questão que é preciso também ter presente. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, retirando-se a alínea c) da 3ª cláusula do protocolo. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro - _____

Fl. Ata - 096

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº 192

1. Assunto: CORRIDA DAS LEZÍRIAS 2013-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 105/13, de 11/02, do DQAS/DDGE, para aprovação das condições de participação, da minuta do acordo de cooperação a celebrar com a Cooperativa de Desporto e Cooperação e com a Revista Sport Live, bem como da constituição de um fundo de maneiio, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, à responsabilidade do Chefe da Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos, no âmbito da realização da Corrida das Lezírias 2013. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 105/13, de 11/02, do DQAS/DDGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, questionando se normalmente esta não costuma ser uma prova feita em fevereiro, uma vez que viu já um placard indicando a data de fevereiro, e agora passou para março.-----
Esclareceu o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira que o duatlo já foi, a corrida das Lezírias há de ser, e é sempre assim. Primeiro é o duatlo, em fevereiro, e depois é a Corrida das Lezírias.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que daí a sua confusão, questionando, quanto às parcerias, se são as mesmas que têm sido. -----
O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira interveio, respondendo que são as mesmas. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que convinha dizer que o duatlo foi um sucesso, em 2 dias, e o Sr. Vereador poderá explicar o largo número de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 037

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

participantes em termos de atletas.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dando nota que o duatlo, tanto quanto a Corrida das Lezírias, na forma como são estruturados pelo município, são provas muito abertas, ou seja, a perspetiva também é que toda a família consiga participar. -----

No caso do duatlo, que conta para o campeonato nacional, no sábado há provas para as crianças, para diversos escalões, e há depois a prova principal no domingo. Refere ainda, para se ter a ideia de como neste momento os atletas do triatlo e do duatlo são ao mais alto nível internacional, que quem ganhou a prova principal do duatlo foi um atleta que está no centro de alto rendimento, em Lisboa, veio de bicicleta para participar no duatlo, fez o duatlo, ganhou, e foi de bicicleta para Lisboa outra vez. Este atleta integrou esta prova no seu treino, e tem a particularidade de, não só de ser do Benfica, mas do Ribatejo.-----

Relativamente à Corrida das Lezírias, que é a 18ª edição, é também um momento muito interessante, em que se reúnem muitos milhares de pessoas, e fica o convite para os Srs. Vereadores poderem passar por lá. Não é preciso correr, porque há uma caminhada entre Alhandra e Vila Franca para quem não quer vir a correr, e que pode vir a andar, pelo que há espaço para toda a gente participar.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 099

Reunião de 2013/02/20

Procº EDUCA.JUVE.002.

Deliberação nº 193

1. Assunto: CASA DA JUVENTUDE DA PÓVOA DE SANTA IRIA – TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 20/13, de 04/02, do DEJ/Juventude, para aprovação da transferência de verba, no valor de 119,26€, para a Junta de Freguesia do Póvoa de Santa Iria, relativa a despesas decorrentes entre os meses de janeiro a dezembro de 2012 com a gestão e funcionamento da Casa da Juventude da Póvoa de Santa Iria. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 20/13, de 04/02, do DEJ/Juventude, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano 04/02/01/003-----Orçamento 08/04.05.01.02-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A7 Jan

Fl. Livro -----

Fl. Ata ----- 100

Reunião de 2013/02/20

Procº EDUCA.JÚVE.003

Deliberação nº ----- 194

1. Assunto: PROTOCOLO DE GESTÃO - PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE JOVENS DE LONGA DURAÇÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 7/13, de 22/01, do DEJ/Juventude, para aprovação das normas e da minuta do protocolo de gestão a celebrar com a Associação de Jovens "Caminhar com Rumo...", no âmbito do Programa de Ocupação de Jovens de Longa Duração. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 7/13, de 22/01, do DEJ/Juventude, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano 04/02/02/001D Orçam.08/04/.07.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que na página 3 da comunicação interna dos serviços, no calendário da realização dos programas, diz-se que a abertura das inscrições decorre até ao dia 20 de fevereiro, e como o dia 20 é hoje, ou as inscrições já estavam feitas antes da sua aprovação, ou há algum lapso que vai permitir que as pessoas se possam inscrever depois de se fazer a aprovação deste programa. -----
Como nas normas de acesso, no ponto 6, nada mais diz do que onde colher a informação e onde se pode fazer a inscrição, depreende que há de facto um lapso, que se vai ter de retificar antes de se fazer a aprovação.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que vai ver a situação com os serviços, e entretanto volta-se à discussão do ponto. -----
Retomou a palavra, após esclarecimentos, mencionando que há de facto um lapso dos serviços, e em vez de 20 de fevereiro é 20 de março. -----
Assim, deve-se considerar o ponto aprovado, mas com o prazo, não a dizer 20 de

Fl. Ata⁻⁻⁻ 101

Reunião de 2013/02/20

Proc^o EDUCA.JUVE.003

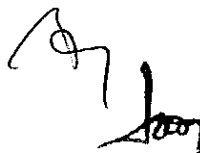
Deliberação nº _____

fevereiro, mas a dizer 20 de março.-----

Os serviços farão a adaptação das datas, e remeterá o documento para os Srs. Vereadores, com o calendário já certo.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, com a correção introduzida, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS



1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SRª PRESIDENTE -----

2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no período entre 2013/01/24 e 2013/02/08, referentes à emissão de horários de funcionamento, de licença de utilização e à emissão e renovação de cartões de vendedor ambulante. -----

3. Informações/pareceres: -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento, -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro-----

Fl. Ata----- **104**

Reunião de 2013/02/20

Procº DCTAE.0DÁC.001.

Deliberação nº **196**

1. Assunto: CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PRÉMIO CARLOS PAREDES – EDIÇÃO 2013 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/13, de 25/01, do DCTAE/DAC, para aprovação da constituição do júri do Prémio Carlos Paredes – Edição 2013. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/13, de 25/01, do DCTAE/DAC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----



1. Assunto: PREÇO DE VENDA DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO CARTOON XIRA 2012 ---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 36/13, de 13/02, do DCTAE/DAC, para aprovação do preço de venda ao público da publicação "Animais, Uns e Outros", de Omar Figueroa Turcios, inerente ao Cartoon Xira 2012, pelo valor unitário de 25,00€, com IVA incluído, sendo os catálogos da exposição "Cartoons do Ano 2012" da autoria de António, Carrilho, Cid, Cristina, Gonçalves, Maia e Monteiro, de distribuição gratuita. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 36/13, de 13/02, do DCTAE/DAC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro-----

Fl. Ata-----106

Reunião de 2013/02/20

Procº-----

Deliberação nº-----198

1. Assunto: CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PRÉMIO DE TEATRO AMADOR 2013 DO
CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 16/13, de
08/02, do DCTAE/D, para aprovação da constituição do júri do prémio do Teatro
Amador 2013 do concelho de Vila Franca de Xira.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 16/13, de 08/02, do
DCTAE/D, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.---

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de
câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl.-Ata 108
Reunião de 2013/02/20

Procº _____
Deliberação nº 199

1. Assunto: LISTAGEM DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 79/13, de 15/02, do DAF/DC, para conhecimento da listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo, na celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, referente ao mês de dezembro. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 79/13, de 15/02, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 100

Reunião de 2013/02/20

Procº 02/13 DÕVSM-PROJ
Deliberação nº 200

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - ESTUDO DE TRÁFEGO NA CIDADE DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 15/13, de 30/01, do DOVSM/SAD, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para a elaboração de um estudo de tráfego na cidade de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 15/13, de 30/01, do DOVSM/SAD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, questionando se o estudo de tráfego da cidade de Vila Franca de Xira só contempla a rua Alves Redol, ou seja, o estudo de tráfego de Vila Franca está resumido a uma única rua, por muito importante que ela seja, e os membros da CDU pensam que este estudo só poderá ser iniciado quando o hospital mudar de local. -----
A Srª Presidente interveio, dizendo que o hospital muda de local e ainda o concurso público para o estudo de tráfego não está concluído, já que muda para a semana. --
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que isso quer significar que não se tem o problema. Depois do hospital sair, garantidamente que não haverá viaturas de acesso rápido, nem a mesma quantidade de pessoas que precisa de estacionamento para estes locais. A sugestão da CDU era exatamente essa, e ainda bem que é assim, e não é sugestão, porque já estava considerado.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro --

Fl. Ata 110

Reunião de 2013/02/20

Procº 10/13 DÖVSM-EMP

Deliberação nº 201

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 200/13, de 11/02, do DOVSM/DGE, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para a fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 200/13, de 11/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 111

Reunião de 2013/02/20

Procº 10/13 DOVSM-RSIMP

Deliberação nº **202**

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DE TRABALHOS DE MOVIMENTO DE TERRAS NA ENCOSTA DO MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 209/13, de 14/02, do DOVSM/DGE, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração de contratação de serviços para acompanhamento técnico de trabalhos de movimento de terras na encosta do Monte Gordo, em Vila Franca de Xira.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 209/13, de 14/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que os membros da CDU fazem 5 perguntas, aproveitando este ponto, que de facto não tem a ver praticamente com o assunto, ou seja: qual é o ponto da situação dos trabalhos na encosta do Monte Gordo; o ponto de situação do lote 2, no mesmo local; o que é que falta para se iniciar a demolição controlada deste edifício; o que é que já está feito, se o projeto já está feito ou como é que está o projeto da intervenção nas fundações dos lotes 1 e 2; e, relativamente à monitorização da movimentação destas terras, se a câmara municipal não tem de facto serviços próprios que acompanhem essas movimentações. -----
Outros assuntos ou trabalhos há que, dada a sua especificidade, parece que será de bom-tom recorrer a serviços externos, se os serviços internos não conseguirem fazer isto, mas neste caso, que é apenas e só movimentação de terras, e não



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **112**

Reunião de 2013/02/20

Procº 10/13 DOVSM-RSIMP

Deliberação nº _____

pareceu muito mais do que isso, não percebe por que é que se tem de recorrer a estranhos para esse acompanhamento. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se está a falar de uma encosta que neste momento está, não diz ainda profundamente estudada, mas suficientemente estudada, só que naturalmente exige, em qualquer intervenção que se venha a realizar, que estejam sempre em contacto técnicos da parte de geologia e geotecnia a acompanhar. É uma encosta complicada, e independentemente de ter lá os prédios ou não eventualmente teria sempre problemas, e por isso a câmara municipal, preocupada como estão todos, e tendo em vista que hoje o conhecimento dos problemas que se têm naquela encosta já é profundo, é muito grande, coisa que não acontecia há uns anos atrás, falou com a empresa a quem se adjudicaram os dois trabalhos, ou seja, o recalçamento das fundações do lote 1 e a contenção do talude. -----

Tem-se estado em contacto, não diz diário, mas muito regular, e concluiu-se que, tendo em vista o conhecimento da encosta já, é possível, ao contrário daquilo que inicialmente se supunha, avançar já com uma primeira fase de intervenção, que tem em vista retirar o peso da crista do talude, numa área bastante apreciável, junto à discoteca que lá existe, até essa estrada que hoje está danificada, e que provavelmente vai ter de ser alterada, de ter um novo traçado, e retirar aquelas terras. -----

Está-se a iniciar o processo para avançar com um procedimento urgente, e por isso mesmo é que na alteração do plano vem um valor de 100 000,00€, exatamente para permitir desde já avançar com esses trabalhos. Sabe-se hoje, depois de uma análise que os serviços fizeram, que o valor será inferior a esse. -----

Vão-se retirar as terras, mas essa retirada exige que esteja lá um técnico da empresa a monitorizar e a dizer, em cada momento, aos manobreadores que vão retirar as terras, de que forma é que podem ser retiradas. Não podem ser retiradas de uma forma aleatória, tem que ser com cuidado, e com instruções precisas em termos técnicos. -----

A câmara municipal tem técnicos, mas não tem técnicos nesta área que possam fazer esse acompanhamento, e portanto o procedimento que hoje é presente é para que toda a intervenção que vai ser feita da retirada de terras tenha o conforto



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **113**

Reunião de 2013/02/20

Procº 10/13 DOVSM-RSIMP

Deliberação nº _____

técnico para que tudo decorra conforme se espera, e que esta primeira fase já venha a melhorar consideravelmente os problemas que se têm na encosta. -----

O estudo irá decorrer, para que depois se veja qual é a segunda fase, de contenção do talude. -----

Isto respeita a este ponto, bem como ao estudo que está a ser realizado pela CENOR. -----

Quanto à questão do lote 2, o projeto de demolição controlada, ao que sabe, está concluído, foi entregue ou vai ser entregue à Bolsimo, e vai-se ter uma reunião com a Bolsimo, para verificar como é que vai decorrer o passo seguinte, que é a demolição propriamente dita. -----

A Bolsimo pediu uma reunião, que já está marcada, salvo erro para o dia 26, às 15h00, em que se vão debater umas questões que a própria empresa quer colocar, antes de iniciar a demolição. -----

Em traços largos é este o ponto da situação, dizendo ainda que as medições que estão a ser feitas regularmente são analisadas pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e são feitas pelo Laboratório, são trabalhadas e remetidas para a CENOR, o que quer dizer que há uma informação transversal entre o LNEC e a CENOR que, por um lado, está a fazer o estudo de recalçamento, e por outro está a fazer o estudo de contenção do talude. Está também a fazer o projeto de demolição controlada do lote 2, o que significa que estes técnicos têm neste momento, juntamente com o LNEC, porque é tudo feito em interligação, um conhecimento muito profundo do que se tem ali. -----

Inclusivamente pediu-se informação à Cimpor, para saber de que forma e como é que foi feita a escavação daquela pedreira que ali existia, e o que é que lá ficou, porque muitos detritos que não foram comercializados ficaram ali depositados, e também é um fator que fez com que alguns problemas tivessem surgido, devido à pouca consistência do solo, proveniente de muitos detritos que lá ficaram, que não foram retirados. -----

Pode dizer que estão a ser dados passos, mas com conhecimento e uma segurança muito grande, que não se tinha no passado. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm uma dúvida. Estes trabalhos para os quais se está a

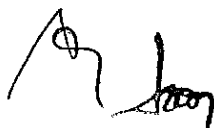


Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Nesse sentido, está-se a preparar tudo, neste momento o projeto está no LNEC para validar, e conta-se em 15 dias, no máximo, estar a trabalhar. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. _____



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – CAOC, LDA-----

2. Presente o processo instruído com informação nº 57/13, de 28/01, do DAG/DGRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais seis meses ou até ao final do atual mandato camarário, consoante o que se verificar primeiro, com a CAOC – Contabilidade, Auditoria, Organização e Consultadoria, Lda, para serviços de apoio técnico ao Gabinete de Apoio à Presidência. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 57/13, de 28/01 e comunicação interna nº 21/13, de 14/01, ambas do DAG/DGRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos.-----

Handwritten signature

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – MARIA FERNANDA GOMES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 78/13, de 11/02, do DAG/DGRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, pelo período de sete meses ou até ao final do atual mandato camarário, consoante o que se verificar primeiro, de Maria Fernanda Gomes, com as funções de apoio técnico ao Gabinete dos Vereadores da CDU.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 78/13, de 11/02, e comunicação interna nº 15/13, de 08/01, ambas do DAG/DGRH, e ofício nº 0009, de 30/01, do Gabinete dos Vereadores da CDU, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro -

Fl. Ata - **117**

Reunião de 2013/02/20

Procº -

Deliberação nº **205**

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – JOAQUIM QUEIROZ-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 79/13, de 11/02, do DAG/DGRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços, por avença, por mais um ano, Joaquim Manuel Assunção da Silva Queiroz, para prestar apoio à Divisão de Qualificação Urbana, no âmbito das AUGI. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 79/13, de 11/02, do DAG/DGRH, e comunicações internas nºs 30/13, de 07/02, do DPGQU/DQU, e 10/13, de 07/01, do DAG/DGRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Acta 118

Reunião de 2013/02/20

Procº 06/13 APRV.AD.RG

Deliberação nº 206

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCARTE "CARTOON XIRA" NO JORNAL EXPRESSO -----

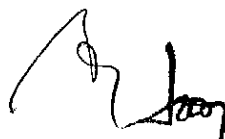
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 47/13, de 15/02, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de encarte do Cartoon Xira, no jornal Expresso, à qual não se aplica a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 47/13, de 15/02, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano-----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Presidente, referindo que habitualmente a câmara municipal produzia 2 livros, 400 exemplares de cada um, a despesa que tinha com esta promoção rondava os 20 000,00€, e isto em termos de circuito comercial era quase nulo.-----
Tendo surgido a possibilidade de se fazer a distribuição a 65 000 compradores do Expresso, por 16 000,00€, percebeu-se que era um salto qualitativo muito grande de promoção do próprio evento.-----
O cartoonista António, que é parceiro da câmara municipal neste processo deu o seu aval, pediu foi que efetivamente para o cartoonista estrangeiro se fizesse o livro.-----
Como todos estarão lembrados, numa das últimas reuniões foi presente a situação do patrocínio a conceder pela Servilusa. Depois de algumas dificuldades, que não vai agora detalhar, mas que poderá dar conta posteriormente, foi possível conseguir-se esse entendimento, nos moldes que também explicará mais à frente,



e por isso a câmara municipal vai ter para este efeito o patrocínio de 10 000,00€, mas isso não altera o total dos 20 000,00€, o que praticamente cobre aquilo que é uma parte substancial da despesa, ficando um valor de 6 000,00 € para a câmara municipal, mas com um aumento na casa dos 64 600 leitores.-----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, perguntando se o encarte vai substituir o livro publicado até agora, ou é semelhante ao prospeto com meia dúzia de páginas.-----

Respondeu a Srª Presidente que são 20 páginas.-----

Perguntou ainda o Sr. Vereador Raul Sanches se o livro se mantém, tendo a Srª Presidente respondido que só para o cartoonista estrangeiro. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Raul Sanches, perguntando o que representa 65 000 exemplares em termos nacionais. -----

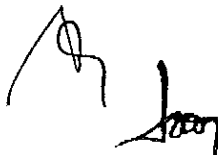
Informou a Srª Presidente que representa toda a Área Metropolitana de Lisboa, margens norte e sul, até à Lourinhã.-----

Interveio ainda o Sr. Vereador Raul Sanches, pretendendo saber, pois até em termos de público pode ter interesse, em que dia vai ser publicado este encarte no Expresso.-----

Respondeu a Srª Presidente que neste momento não sabe dizer, mas vai já averiguar. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Raul Sanches, depois de ter sido esclarecido que a publicação sai no dia 2 de março, sábado, para dizer que nem toda a gente compra o Expresso todas as semanas, e esse pode ser um dia em que se compre, por vir lá o encarte.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



Assunto: RECUPERAÇÃO DO TEATRO SALVADOR MARQUES – ALHANDRA –
PROPOSTA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

Presente para aprovação a proposta da Coligação Democrática Unitária, datada de 2013/02/11, bem como as alterações propostas pelo Partido Socialista, documentos que se anexam e dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata, relativos à recuperação do Teatro Salvador Marques. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que, não só na câmara municipal, mas também com o movimento associativo e cultural de Alhandra, está-se a procurar fechar este processo e avançar para a recuperação do teatro, eventualmente recorrendo a um futuro quadro comunitário, não se conhecendo ainda bem os termos do seu financiamento. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU tinham colocado na sua proposta a questão do interesse municipal e nacional. Abdicando do interesse nacional, ainda assim entendem e propõem, até para valorização do património, para que as pessoas percebam que de facto o concelho tem um património que é rico, e porque se alguma vez for necessário alterar o que quer que seja, sendo do interesse municipal, é fácil alterar, que possa continuar o interesse municipal. Não lhes parece que isso prejudique, antes pelo contrário, enriquece e faz até dar um outro peso ao Teatro Salvador Marques. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, sugerindo, nesse caso, uma coisa diferente. Sob o ponto de vista técnico, a determinação do interesse público municipal pode trazer dificuldades na adaptação do edifício às funções que entretanto forem sendo definidas para a altura da obra. Na altura da revisão do Plano Diretor Municipal foi levantado um conjunto de edifícios com interesse, e o caso específico do Teatro Salvador Marques, foi considerado que ficava protegido por via de estar entregue na tipologia do conjunto edificado de Alhandra, que tem já de si um conjunto de proteções consideradas tecnicamente como aceitáveis.-----

Se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, sugere que a câmara municipal não o remeta para processo de determinação de interesse público municipal nesta proposta, mas que veja no âmbito do futuro quadro comunitário de apoio, se houver alguma linha de financiamento que preveja apoio suplementar para os edifícios de interesse municipal. Nessa altura os membros da câmara municipal



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 121

Reunião de 2012/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

colaborariam todos no sentido de rapidamente atribuir esse interesse municipal, ou seja, fariam depender a questão do interesse municipal sobretudo ao interesse de obter as verbas que permitissem efetivamente a sua recuperação. Isto permitiria que na própria definição do interesse municipal fossem acauteladas todas as questões técnicas que tenham de ser necessárias para a recuperação do edifício e para lhe atribuir esta questão do uso cultural.-----

Deste modo, não se iria hoje cristalizar nada, tratar-se-ia tendo em conta os financiamentos existentes sobre esta matéria.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a declaração de interesse municipal é uma declaração eminentemente política, e pensa que essa não suscita dúvidas em parte nenhuma. -----

A questão do licenciamento em edifícios com esse tipo de natureza, ou desse tipo de condicionamento, até por excesso da definição, “ser de natureza municipal”, cabe à câmara municipal licenciar e adotar o procedimento urbanístico que julgar como mais adequado.-----

O que está em causa é a proteção do edifício, e essa proteção, mesmo no cenário do novo programa funcional, não é posta em causa, antes pelo contrário, valoriza o edifício das suas formas fundamentais. -----

O que se está a colocar é a possibilidade do edifício ter uma expansão para um terreno contíguo, no sentido de lhe ser criada uma condição que hoje manifestamente não pode disponibilizar, uma vez que é um espaço limitado e não oferece, do ponto de vista das suas características, as exigências naturais para funcionar como espaço de recinto cultural. Portanto, essa questão pode, e deve, ser tratada a seu tempo, e não prejudica, antes pelo contrário, só enriquece, uma declaração de proteção legal a nível municipal.-----

Esta questão teria essa particular expressão se de facto houvesse uma declaração de outro tipo, um pouco mais restritiva e com outro tipo de condicionamento legal. Aí, de facto, é verdade aquilo que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira diz, mas também não passou nunca pela cabeça de ninguém retomar o projeto que já se conheceu, que é da demolição integral do edifício. Essa questão nem sequer por agora se coloca, pelo que a proposta da CDU é uma proposta política, para marcar um sentimento político sobre um bem e um património que é escasso, que precisa



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 122

Reunião de 2012/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

de ser protegido, e que mesmo com essa proteção de interesse municipal não fica prejudicada nenhuma operação urbanística que o enriqueça, e aquilo que se conhece que possa ser esse enriquecimento é fora do edifício, não depende do edifício. Se tiver que haver abertura de vão, é uma abertura marginal, que não vai pôr em causa nenhuma estabilidade construtiva ou paisagística do próprio edifício.- Está-se a falar de uma situação que não pode e não se deve colocar por agora. A proposta dos membros da CDU é simples, estão todos de acordo, o que querem é agarrar aquele edifício, candidatá-lo para fundos de financiamento do QREN ou do Orçamento de Estado, chamar à responsabilidade as entidades nacionais, porque são necessárias, uma vez que este património é do concelho, mas sobre ele há uma responsabilidade nacional, e a primeira coisa que devem fazer, até para justificar esse desígnio, é dizer que ele tem esse interesse municipal e está classificado enquanto tal.-----

Não é uma questão de pequeno pormenor, é porque sinceramente melhoraria, dignificaria e enriqueceria a proposta de valorização do espaço se até já tivesse essa declaração de interesse municipal. -----

O que se quer fazer de novo é fora do edifício, não é dentro, portanto não prejudica, não elimina, não condiciona do ponto de vista urbanístico qualquer tipo de operação que possa ser feita sobre essa matéria. -----

Terminou, dizendo que esta é mesmo uma questão política, fora a questão partidária, é de afirmação política sobre um património que a todos pertence.-----

Referiu a Srª Presidente que compreende a argumentação introduzida pela bancada da CDU, mas propõe a retirada da proposta, para se analisar com os serviços técnicos a questão da classificação municipal e aquilo em que ela pode ser uma vantagem ou um constrangimento, no sentido de ser presente a reunião de câmara com uma apreciação técnica de ponderação entre as duas coisas, perguntando se todos estão de acordo.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que concorda, e só queria reforçar que a população de Alhandra está já há muitos anos sem uma instituição como foi o Teatro Salvador Marques, que foi muito importante para a vila.-----

Pensa que é difícil reconstruí-lo conforme era, atendendo ao elevado custo, e as pessoas têm de ser pragmáticas e realistas. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 123

Reunião de 2012/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Respondeu a Srª Presidente que tecnicamente não é possível, desde logo porque aquele palco não reúne as condições, nem de pé-direito, nem nada, e isso foi visto detalhadamente em momentos anteriores, por exemplo em 2009/2010 há um trabalho feito pela câmara municipal nesse sentido. Por esse trabalho é que se fez aquela possibilidade de extensão para uma biblioteca, não desprezando aquele palco, onde poderiam acontecer coisas. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo pensar que a juventude de Alhandra precisa urgentemente de uma instituição onde possa aproveitar parte do seu tempo. Tem de se recordar toda a formação que, por exemplo, o Alhandra Sporting Club tem contribuído, através da sua secção de triatlo e da secção da formação das camadas jovens de futebol, e que, independentemente disso, é muito importante depois a juventude estar apoiada numa biblioteca, numa casa da juventude, e tudo o mais, no fundo, numa casa de cultura em que aquela instituição se pode tornar. -----

Concorda plenamente com a proposta da CDU e espera que se possa fazer uma proposta que seja útil no objetivo de se conseguir um financiamento para a finalidade que se pretende, que é, no fundo, servir a população de Alhandra. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que sobre tudo o resto estão todos de acordo. Se houvesse porventura amanhã já uma possibilidade de apresentar uma candidatura, essa candidatura apareceria, e pensa que essa questão não está sequer em discussão, uma vez que a entendem como um facto inadiável. Como também da parte da CDU, e pensa que poderá fazer do sentimento dos Srs. Vereadores um sentimento comum, considera-se que a gestão tem de ser pública, voltada para a cultura, e no sentido de reabilitação do edifício enquanto edifício para o teatro fundamentalmente, que é isso que se propõe fazer. -----

Pelos membros da CDU não haveria necessidade, também tiveram a sua ponderação, e pensam que não corresponde a nenhuma dificuldade a declaração de interesse municipal, antes pelo contrário, mas tudo bem, estão abertos a que o Partido Socialista possa aprofundar isso, e certamente vão concluir todos pelo mesmo. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar a proposta da ordem do dia. -----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA HUMANA PARA AS OFICINAS MUNICIPAIS DE POVOS E PARA O PÁTIO DA CÂMARA MUNICIPAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 44/13, de 14/02, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de sistema de vigilância humana para as oficinas municipais de Povos e para o pátio da câmara municipal, à qual não se aplica a redução remuneratória, nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 44/13, de 14/02, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se aos pontos 40, 41 e 42, dizendo que independentemente de poderem ser dados alguns esclarecimentos, se houver necessidade, a dúvida dos membros da Coligação Novo Rumo é em termos orçamentais, se são também rubricas existentes no orçamento de 2012, ao que a Srª Presidente respondeu afirmativamente.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo pensar que a questão que foi colocada ontem na assembleia municipal é uma não questão, se os membros da CDU têm ou não dúvidas relativamente à utilização dos recursos da câmara municipal, e pensa que essa questão ficou clara.-----
Interveio a Srª Presidente, referindo caber-lhe um pedido de desculpa porque efetivamente interpretou mal, depois esclareceu e falou com o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----



Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a sua questão não era estar a puxar essa conversa, era só para dizer que não dúvidas nenhuma da parte dos membros da CDU sobre isso. -----

Em relação ao procedimento em análise, em primeiro lugar, gostariam de perceber um pouco melhor a forma como tudo irá acontecer. O que se vai ter é uma empresa privada a assegurar as instalações da câmara municipal a partir de uma determinada hora do dia, nomeadamente horas mais noturnas, ou de menor movimento, perguntando se, grosso modo, é assim, concordando o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira que, grosso modo, é isso.-----

Referiu ainda o Sr. Vereador Nuno Libório que o serviço terá particular incidência no pátio da câmara municipal e nas oficinas de Povos, sendo uma experiência eventualmente a levar para outros sítios, caso se prove que esta decorre com normalidade e se revele eficaz. -----

Solicitou à Srª Presidente que lhe diga, se puder, e se tiver essa informação por agora, mais ou menos quando é que a atual empresa que presta esse serviço de vigilância ao pátio e aos serviços das oficinas está a terminar. Não está a terminar? Provavelmente estará a terminar, por isso é que aparece uma proposta, mas à data de hoje esse contrato existe, ainda está em vigor, ou já não existe? -----

Depois, quem é a empresa PKsegur? Os membros da CDU não conhecem a empresa, aliás dificilmente conhecerão todas as empresas que trabalham nesta área da segurança e vigilância, mas, porque não há nenhuma referência sobre a escolha premeditada da PKsegur, perguntam qual é a relação desta empresa com a atual empresa. Há alguma relação comercial? Há alguma relação de dependência empresarial? Há alguma prestação ou contratualização de serviços da atual empresa com a empresa PKsegur? Ou seja, que relação é que tem a PKsegur com a atual empresa que presta funções de vigilância nos serviços da câmara municipal?- Perguntam ainda, porque também é importante saber, por que é que se escolhe e se predetermina a PKsegur. Não há outras empresas? Se o universo é tão diversificado, e os membros da CDU sabem que o é, por que razão é que, se a PKsegur não tem hoje nenhuma relação contratual com esta câmara municipal, já está designada para fazer parte do futuro processo de adjudicação?-----

Chamam a atenção sobre isso, situação que aliás foi também já colocada pelos Srs.



Vereadores do PSD. Consideram, no ponto de vista da linguagem, que não vale a pena estar a colocar questões onde elas não existem mas, no mínimo, não é muito correto, antes de se lançar um procedimento, seja de que natureza for, já se saber à partida a quem vai ser adjudicado. Se há oportunidade de outras empresas poderem concorrer, por que razão é a PKsegur e não outra? Por que razão é que a câmara municipal, que hoje, salvo informação de que não dispõem, não tem nenhuma relação contratual com a PKsegur, quer fazer já a adjudicação por 6 meses com esta empresa? E depois, por que é que esse preciosismo já não existe, por exemplo, no ponto seguinte, que é para contratação de serviços para o palácio da quinta municipal? -----

Os membros da CDU nem sequer tiveram oportunidade de saber quem é a empresa que hoje faz esse serviço à câmara municipal e com quem esta está estabelecida, mas partindo do pressuposto que não conhecem nenhuma ocorrência ou avaliação negativa da atual empresa que presta serviços de vigilância no Palácio da Quinta da Piedade, pelo mesmo princípio, determinar-se-ia então qual era a empresa que se queria, tal como está aqui. -----

Pensa que há um conjunto de interrogações que, sendo dos membros da CDU, exigiriam alguma explicação antes de poderem votar em consciência este ponto. ---
Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que se esteve a informar, e dará as explicações que conseguir neste momento. -----

O projeto tem várias fases, nesta fase o que se prevê é que durante a hora de expediente o atendimento seja feito pelos serviços internos, tal com nos restantes equipamentos da câmara municipal, e fora do horário do expediente, portanto, à noite e de madrugada, ainda esteja uma empresa a tratar desta matéria. -----

Neste momento está-se a fazer essa fase de teste, e disse-lhe agora o Chefe da Divisão de Modernização Tecnológica, Informação e Comunicação – DMTIC, que se prevê que neste período que vem hoje a parecer prévio vinculativo se consiga montar todo o sistema de automatização que permita, mesmo durante a noite e de madrugada, ter acesso ao pátio e oficinas de Povos de forma automatizada, a partir da central técnica. Deste modo, é preciso estender a presença física fora do horário do expediente, naturalmente recorrendo a uma empresa, por mais este período que é proposto hoje. -----



Porquê esta empresa? O próprio também não conhece, nem esta, nem a empresa que lá está, o que lhe explicou o Chefe de Divisão é que é a mesma empresa que lá está hoje, e que se previa a mudança. Diz ele que a empresa é a mesma, a sua designação é que mudou, e a ideia era estender o serviço, crê que por mais 4 meses, que é o que é hoje proposto.-----

Coisa distinta acontecerá relativamente ao ponto seguinte, em que se está a fazer um concurso para um prazo mais alargado. Este prazo é mesmo muito restrito e a ideia é estender a presença das pessoas que lá estão.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que sempre se confirma que não há nenhuma relação contratual com esta empresa e que a PKsegur é uma empresa que foi indicada pelos serviços e pelo Sr. Vereador para poder fazer parte desta adjudicação. -----

Com base naquilo que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira disse, coloca-lhe já outra questão. Quem é que autorizou a cedência da posição contratual de uma empresa para esta empresa? Os vereadores da CDU podem não estar agora recordados disso, mas não têm memória de que já estivesse outra empresa no serviço de vigilância, a operar funções dentro de um contrato que foi estabelecido com outra empresa, que não aquela que está lá hoje.-----

Se já é a PKsegur que está lá, que não sabem bem como é que já lá está, porque o contrato foi feito com outra empresa, por que razão é que já se diz que a PKsegur vai continuar num processo que tem que ser, acima de tudo, aleatório e transparente sobre estas matérias?-----

Não estão com interesse em perceber aquilo que não tem que ser percebido, porque há questões que são da gestão e do dia a dia, mas há questões de legalidade e procedimentos que, ou há hoje uma demonstração clara e inequívoca que eventualmente não fazem sentido as dúvidas dos membros da CDU, ou foram ultrapassadas. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, pedindo ao Sr. Vereador Nuno Libório que a deixe esclarecê-lo mais uma vez acerca de tudo aquilo que diz, é que não há nada que não tenha que ser percebido. O Sr. Vereador tem direito a perceber tudo, e por essa razão mesmo, como muitas vezes há pormenores que são os serviços que tratam, a Drª Raquel Oliveira, que tratou do procedimento e deve com certeza



estar na posse dessas informações, vem a caminho e esclarecerá. -----

No final da reunião, antes do período de intervenção aberto ao público, a Srª Presidente referiu que, já estando presente a Drª Raquel Oliveira e o Engº Clemente Rocha, vão-se com certeza obter todos os esclarecimentos. -----

A questão que o Sr. Vereador Nuno Libório levanta, em nome da sua bancada, é porquê esta empresa, se é a que já está a funcionar no pátio, em que momento é que aconteceu a transferência do contrato da entidade anterior para a atual, e se não teria que vir a reunião de câmara. -----

Interveio a Drª Raquel Oliveira, esclarecendo que a vigilância em Povos e no pátio da câmara foi assegurada até 26 de janeiro pela Vigiexpert, a partir dessa data encontrou-se uma solução temporária para resolver algumas questões, pensa que do foro tecnológico, mas o Engº Clemente Rocha poderá ajudá-la nesse aspeto. -----

Entretanto foi decidido voltar a contratar uma empresa, e porquê esta? É diferente da que cá estava, e porque reúne condições de mercado que se percebeu que poderiam servir para aquilo que é necessário pelo prazo de vigência, até que o novo projeto da aplicação tecnológica das câmaras de videovigilância tivesse terminado. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que não tinha dúvidas antes, ficou com elas agora, e pergunta se esta empresa, para ser a mesma, é aquela que foi contratada em janeiro. -----

Respondeu a Drª Raquel Oliveira que esta empresa não é a mesma. -----

Solicitou a Srª Presidente que a Drª Raquel Oliveira explique como é que da Vigiexpert passou para a empresa que lá está hoje. -----

Esclareceu a Drª Raquel Oliveira que a PKsegur ainda não está em exercício de funções, ou então houve alguma questão intermédia que não passou pela sua divisão e a própria desconhece. -----

Interveio o Engº Clemente Rocha, esclarecendo que, de facto, o contacto foi no sentido de uma continuidade, tendo sido feito o contacto com a empresa para assegurar enquanto se preparava o procedimento para a transição, tal como ficou definido inicialmente no projeto, pelo que foi pedida uma proposta de continuidade durante uma série de dias para assegurar a preparação do concurso. -----

No âmbito desse pedido de proposta a empresa deu-lhe indicações que estava a



fazer a transferência de designação, foi isso que percebeu, e que iria apresentar essa proposta temporária com valores idênticos aos que estavam em vigor enquanto se preparava o concurso que está agora a ser apresentado. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que vai retirar o ponto, tem dúvidas sobre a explicação que lhe estão a dar. Pede desculpa, pois há de ser com certeza falha sua, e amanhã falarão sobre o assunto para se entenderem melhor, porque não está a entender.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU não tinham a confirmação que a empresa com quem a câmara municipal tinha estabelecido o contrato tinha cessado a vigência desse contrato no dia 26 de janeiro. Desconheciam esse facto, e a questão é, de um momento para o outro, ou seja, do dia 26 para o dia 27 de janeiro, quem autorizou e o que é que autorizou, no sentido de ser assegurada a vigilância nos serviços da câmara municipal, e que encargos financeiros e que suporte, do ponto de vista da tomada de decisão municipal, está subjacente a essa decisão? -----

Referiu um segundo aspeto, voltando novamente à mesma pergunta. Quem é a PKsegur? Qual a relação da PKsegur com estas já duas empresas, que ainda não perceberam bem se é a empresa que já lá está, se é “prima” ou “madrinha” da que já lá hoje se encontra, ou se tem outra relação por analogia com a que já lá existe? Pedia mesmo à Srª Presidente que esta questão, sem prejudicar naturalmente o funcionamento dos serviços, pudesse ser um pouco melhor esclarecida, a bem das questões que os membros da CDU já levantaram. -----

Já agora, pergunta novamente, porque as questões de mercado justificam, mas há uma ponderação que é política, e que na câmara municipal é o próprio e os seus camaradas que a fazem, na técnica não entram nela. Por que é que é a PKsegur? Faz a pergunta, porque não há uma justificação para ser essa empresa como critério de definição ou de premeditação, que tem de ser a empresa a ficar durante mais este período de tempo. Porquê a PKsegur, se se prova que essa empresa nem nunca esteve na câmara municipal, pelo menos com essa denominação? Ou será que estão todos a falar das mesmas pessoas, mas com outras nomenclaturas? Se assim for, então que se diga e se afirme isso. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo, para que conste em ata,



Deliberação nº



Interveio a Srª Presidente, dizendo que pode haver uma deficiência de justificação, mas amanhã falará com os técnicos sobre o assunto. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO PALÁCIO E DA QUINTA MUNICIPAL DA PIEDADE – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 33/13, de 31/01, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de vigilância do palácio e da quinta municipal da Piedade, na Póvoa de Santa Iria, aplicando-se a redução remuneratória e da remessa à assembleia municipal para autorização prévia da assunção de compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 33/13, de 31/01, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Acta 132

Reunião de 2013/02/20

Procº 02/13 APRV.AD.RG

Deliberação nº 210

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - ALUGUER DE UNIDADES SANITÁRIAS PARA AS INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 28/13, de 30/01, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável ao aluguer de unidades sanitárias para as instalações da câmara municipal, não sendo aplicada a redução remuneratória, e da remessa à assembleia municipal para autorização prévia da assunção de compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 28/13, de 30/01, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO ACESSO RODOVIÁRIO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 10/13, de 20/02, do DPGQU/DQU, para aprovação da alteração da camada de desgaste do pavimento betuminoso prevista no projeto de execução do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira, adjudicado ao consórcio Construções Europa Ar-Lindo/Sonangil, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 10/13, de 20/02, do DPGQU/DQU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que os membros da CDU votam contra.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



By _____

Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº **212**

Assunto: CORREÇÃO A ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 9 DE JANEIRO DE 2013 -----
 Presente para conhecimento a correção à ata da reunião de câmara de 9 de janeiro de 2013, concretamente no primeiro parágrafo, folha 1, aod.16, em conformidade com o requerimento nº 1/13, de 20/02, da Coligação Novo Rumo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
 Tomado conhecimento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 135

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº 213

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – CHASA, CRL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 34/13, de 20/02, do DAG/Notariado, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão da fração “M”, loja nº 12, sita na rua António Sérgio, nº 133, no Bairro da Chasa, lote C, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 90 600,00€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 34/13, de 20/02, do DAG/Notariado, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO



Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
CONTAS DO MUNICÍPIO -----

Interveio o munícipe, Sr. Lino Marques, referindo que gostaria de reiterar o pedido que fez há 2 dias à Srª Vanda Marques, ou seja, que lhe fosse facultado o acesso às contas do município, fazer uma auditoria dos movimentos que foram feitos nas contas desde 1998. -----

Referiu que a partir das 09h00 de amanhã está disponível, pelo que gostaria de saber onde se pode dirigir e qual o procedimento.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que a Srª Vanda Marques já lhe explicou, terá que fazer um requerimento formal, alguns desses documentos são públicos, e aliás as contas são obrigatoriamente públicas. -----

Não sabe, mas certamente o senhor terá competências para fazer uma auditoria, e aí está a agir simplesmente no seu interesse pessoal, porque não é auditor da câmara municipal.-----

As contas estão publicadas, vistas pelo Tribunal de Contas, de qualquer maneira qualquer cidadão pode ter acesso a elas, pelo que o senhor faz um requerimento, será informado da tramitação que tem para proceder ao levantamento do pedido, e terá todo o gosto em fornecer as contas da câmara municipal. -----

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 138

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
PLANO ESTRATÉGICO CONCELHIO -----

Interveio o munícipe, Sr. David Nunes, continuando na senda que tem vindo a trazê-lo até aqui, preocupado com o seu concelho, sendo que, dentro destas preocupações, esteve numa conferência realizada na Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense – SFRA. Apraz-lhe ter participado, mas deixou-lhe algumas dúvidas, e também algumas pistas. -----

Reporta-se também a um documento que apareceu na imprensa regional, em que aparece o seu concelho em 190º lugar nos 308 concelhos, atrás da Arruda dos Vinhos, pensa que num trabalho feito para a Universidade da Beira Interior, mas convinha saber como é que os cerca de 40 parâmetros foram trabalhados para chegar a estas conclusões. -----

De qualquer das maneiras não tinha dúvidas, porque já tinha começado há bastante tempo com uma intervenção, lembrando os seus tempos de “catraio”, em que Vila Franca de Xira tinha Marinha, Alverca do Ribatejo aviação e Alhandra “chorava, chorava” por um barquinho de papelão. -----

Essa foi a sua primeira intervenção, no sentido de que sentia que o concelho precisava de um “abanão”. A seguir, a Srª Presidente informou-o que iria haver uma possibilidade do próprio intervir nestas conferências, e foi lá. Interveio, ninguém o mandou calar efetivamente, mas ficou com dúvidas e às tantas aparece uma intervenção de um senhor, Oliveira das Neves, muito extensa, muito documentada, muito profícua, mas com algumas análises subjetivas. Também teve oportunidade de ouvir o Sr. Vice-Presidente rebater algumas análises deste técnico “in loco”, não estando de acordo com algumas das conclusões, e ficou no ar aquela ideia peregrina, se o plano é de 2003, efetivamente é um mecanismo poderoso para a gestão de qualquer órgão de uma autarquia. -----

O plano estratégico concelhio é um órgão poderosíssimo e deverá, antes de arrancar, se calhar até para outras definições de investimento, obras e desenvolvimento, reanalisar-se. Não diz para se destruir, mas fazer uma análise do que foi ou não executado, atendendo às circunstâncias atuais, porque é de 2003, e estava-se muito longe dos problemas que se têm estado a viver, chegando-se a uma conclusão de quais são os novos paradigmas e procurar as alterações que se



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • **139**

Reunião de 2013/02/20

Procº _____

Deliberação nº _____

deveriam introduzir neste plano estratégico.-----

Julga que este e outros planos de interesse nacional devem ter a maior participação possível, quer dos órgãos institucionais, quer dos cidadãos, devia ser um plano a desenvolver rapidamente, socorrendo-se das instituições concelhias, como as escolas, e não está a inventar nada. Fala-se na reforma do Estado, e há quem diga que não há reforma se não houver participação destes organismos e dos cidadãos, portanto, no plano estratégico municipal também serão necessárias e aconselháveis essas participações. -----

Gostaria ainda de chamar a atenção para a necessidade que sente enquanto cidadão para análise da veracidade daquele estudo feito na Universidade da Beira Interior, e saber o que o concelho pode fazer para alterar a situação em que se encontra. -----

Gostava também de se disponibilizar, quando arrancasse este plano, para o conselho, sem qualquer tipo de honorário, e dentro das suas ignorâncias, e poder contribuir para o mesmo. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que sobre esse estudo já se pediu à universidade para dar esclarecimentos sobre os parâmetros e a forma como coloca o município naquele lugar, porque a câmara municipal não está de acordo, e até ao momento ainda não foi recebida resposta. -----

No que se refere ao plano estratégico e à conferência onde o munícipe esteve, gostaria de dizer que o Dr. Oliveira das Neves foi o responsável pela elaboração do plano estratégico do concelho de Vila Franca de Xira, e o plano, quando se concluiu, apontava já algumas diretrizes que rapidamente vieram a ficar desatualizadas, por duas razões, uma delas, aquilo que era o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e pela revisão do Plano Diretor Municipal, para além daquilo que são as decisões dos diversos governos que impendem sobre o território. -----

No entanto, neste momento, desenvolvido pela CCDRLVT, está em discussão a Estratégia 20, que tem por base a Estratégia 20 20, tendo a ver com o plano de ação para 2014/2020, e inclui um conjunto, tal como o munícipe lhe chamou, de paradigmas. Ali chamam-lhe outra coisa, tem um diagnóstico associado em que o desenvolvimento inteligente, a coesão social ou sustentável e o económico se



10

Reunião de 2013/02/20

Deliberação nº

Por isso, é intenção, tal como já referiu, proceder à atualização desse documento logo que estes planos de nível superior estejam estabilizados, e aí o munícipe terá todas as oportunidades, e agradece a disponibilidade para o mesmo se envolver de uma forma plena neste mesmo trabalho.-----

[illegible]



Esta ata foi aprovada, por unanimidade, na reunião de câmara de 2013/03/20, tendo sido dispensada a leitura da mesma, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo. -----

- Maria da Luz Rosinha -